

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	25
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	89

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	962.274.260
Preferenciais	0
Total	962.274.260
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	30/09/2011	Ordinária		0,77702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.270.570	7.041.917
1.01	Ativo Circulante	762.572	601.635
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	561.373	110.958
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.744	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	44.744	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	44.744	42.533
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.083	34.992
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.083	34.992
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	128.372	413.152
1.01.08.03	Outros	128.372	413.152
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	125.913	412.647
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.434	505
1.01.08.03.03	Derivativos	25	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.507.998	6.440.282
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	236.386	272.797
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	12.679	39.216
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	12.679	39.216
1.02.01.06	Tributos Diferidos	171.157	177.729
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	171.157	177.729
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.027	14.875
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	21.027	14.875
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31.523	40.977
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	11.431	10.676
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	2.787	2.787
1.02.01.09.05	Outros Créditos	17.305	27.514
1.02.02	Investimentos	6.271.333	6.167.072
1.02.02.01	Participações Societárias	6.271.333	6.167.072
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.271.333	6.167.072
1.02.03	Imobilizado	133	158
1.02.04	Intangível	146	255

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.270.570	7.041.917
2.01	Passivo Circulante	189.413	41.246
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	204
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11	204
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	11	204
2.01.02	Fornecedores	1.320	1.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	603	437
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	603	437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.768	15.529
2.01.04.02	Debêntures	153.768	15.529
2.01.04.02.01	Encargos de Debêntures	3.768	15.529
2.01.04.02.02	Debêntures	150.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	33.711	23.308
2.01.05.02	Outros	33.711	23.308
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.745	16.360
2.01.05.02.04	Derivativos	0	123
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	15.966	6.825
2.02	Passivo Não Circulante	347.301	506.963
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	300.000	450.000
2.02.01.02	Debêntures	300.000	450.000
2.02.02	Outras Obrigações	35.923	46.297
2.02.02.02	Outros	35.923	46.297
2.02.02.02.03	Derivativos	43	460
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	35.880	45.837
2.02.04	Provisões	11.378	10.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.378	10.666
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.378	10.666
2.03	Patrimônio Líquido	6.733.856	6.493.708
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.04	Reservas de Lucros	418.665	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	486.040
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	417.060	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.104.691	795.563
2.03.06.01	Reserva de Avaliação Patrimonial	1.104.691	795.563

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1	3	890	892
3.03	Resultado Bruto	1	3	890	892
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	360.295	1.148.706	341.026	1.215.684
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.814	-21.954	-6.339	-17.361
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.297	-108.892	-36.255	-108.495
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	402.406	1.279.552	383.620	1.341.540
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	360.296	1.148.709	341.916	1.216.576
3.06	Resultado Financeiro	9.314	-10.444	78	-12.465
3.06.01	Receitas Financeiras	23.730	30.754	21.072	43.550
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.416	-41.198	-20.994	-56.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	369.610	1.138.265	341.994	1.204.111
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-891	-21.837	2.154	-21.935
3.08.01	Corrente	-515	-15.265	296	-18.509
3.08.02	Diferido	-376	-6.572	1.858	-3.426
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	368.719	1.116.428	344.148	1.182.176
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	368.719	1.116.428	344.148	1.182.176
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	1,16000	0,00000	1,23000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.652.015	1.216.905
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.771	-12.767
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	1.138.265	1.204.111
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	109.025	108.600
6.01.01.03	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	29.489	16.057
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-1.279.550	-1.341.540
6.01.01.05	Provisão para Contingências	0	5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.654.786	1.229.672
6.01.02.01	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.692.403	1.254.799
6.01.02.02	Tributos a Compensar	23.015	23.406
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-42	-633
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	8.280	217
6.01.02.05	Fornecedores	-448	-1.148
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-15.653	-18.790
6.01.02.07	Outros Tributos e Contribuições Sociais	222	-734
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-51.984	-42.154
6.01.02.09	Outros Passivos Operacionais	-1.007	14.709
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	27.922	-8.057
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	0	-169
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	34.615	32.503
6.02.04	Adições de Intangível	-1	0
6.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-305
6.02.07	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-6.692	-40.113
6.02.08	Outros	0	27
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.229.522	-1.423.793
6.03.01	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	-121	-198
6.03.02	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.229.401	-1.423.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	450.415	-214.945
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.958	219.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	561.373	4.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-486.040	-744.744	0	-1.230.784
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.040	-747.709	0	-1.233.749
5.04.08	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.965	0	2.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.161.804	309.128	1.470.932
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.116.428	0	1.116.428
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	45.376	309.128	354.504
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	45.376	309.128	354.504
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	418.665	417.060	1.104.691	6.733.856

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.249	0	-655.017	-771.452	0	-1.374.220
5.04.01	Aumentos de Capital	52.249	0	0	0	0	52.249
5.04.06	Dividendos	0	0	-655.017	-774.429	0	-1.429.446
5.04.08	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.977	0	2.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.201.905	19.683	1.221.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.182.176	0	1.182.176
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	19.729	19.683	39.412
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	19.729	19.683	39.412
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	341.751	196.175	785.350	6.116.716

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	3	982
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3	982
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.611	-14.340
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.016	-10.940
7.02.04	Outros	-3.595	-3.400
7.03	Valor Adicionado Bruto	-17.608	-13.358
7.04	Retenções	-109.025	-108.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-133	-105
7.04.02	Outras	-108.892	-108.495
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-108.892	-108.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-126.633	-121.958
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.319.699	1.394.207
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.279.552	1.341.540
7.06.02	Receitas Financeiras	40.147	52.667
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.193.066	1.272.249
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.193.066	1.272.249
7.08.01	Pessoal	3.453	2.436
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.842	2.257
7.08.01.02	Benefícios	432	96
7.08.01.03	F.G.T.S.	179	83
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.924	31.578
7.08.02.01	Federais	31.920	31.562
7.08.02.02	Estaduais	4	0
7.08.02.03	Municipais	0	16
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.262	56.059
7.08.03.01	Juros	41.188	55.996
7.08.03.02	Aluguéis	74	63
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.116.427	1.182.176
7.08.04.02	Dividendos	747.708	774.429
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	368.719	407.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	26.058.930	20.056.797
1.01	Ativo Circulante	7.141.882	3.898.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.274.619	1.562.897
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.744	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	44.744	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	44.744	42.533
1.01.03	Contas a Receber	1.865.275	1.816.073
1.01.03.01	Clientes	1.865.275	1.816.073
1.01.04	Estoques	42.816	24.856
1.01.06	Tributos a Recuperar	208.659	193.020
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	208.659	193.020
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	705.769	258.811
1.01.08.03	Outros	705.769	258.811
1.01.08.03.01	Outros Créditos	444.535	253.813
1.01.08.03.02	Derivativos	256.791	244
1.01.08.03.03	Arrendamentos	4.443	4.754
1.02	Ativo Não Circulante	18.917.048	16.158.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.175.512	3.787.268
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	46.837	72.823
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	46.837	72.823
1.02.01.03	Contas a Receber	186.686	195.738
1.02.01.03.01	Clientes	186.686	195.738
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.096.980	1.183.460
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.845.009	2.335.247
1.02.01.09.03	Derivativos	224	82
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.079.399	890.685
1.02.01.09.05	Tributos a Compensar	166.385	138.966
1.02.01.09.06	Arrendamentos	24.729	26.315
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	1.233.886	934.646
1.02.01.09.08	Entidade de Previdência Privada	5.800	5.800
1.02.01.09.09	Investimentos ao Custo	116.654	116.654
1.02.01.09.10	Outros Créditos	217.932	222.099
1.02.03	Imobilizado	6.982.472	5.786.465
1.02.04	Intangível	7.759.064	6.584.874

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	26.058.930	20.056.797
2.01	Passivo Circulante	4.877.576	4.428.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121.574	58.688
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	121.574	58.688
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	121.574	58.688
2.01.02	Fornecedores	1.197.365	1.047.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	488.434	455.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.325.148	2.247.407
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.504.261	619.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.499.076	615.201
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.185	4.182
2.01.04.02	Debêntures	820.887	1.628.024
2.01.04.02.01	Debêntures	602.859	1.509.958
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	218.028	118.066
2.01.05	Outras Obrigações	745.055	619.594
2.01.05.02	Outros	745.055	619.594
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.603	23.813
2.01.05.02.04	Derivativos	0	3.982
2.01.05.02.05	Entidade de Previdência Privada	37.967	40.103
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	145.065	123.541
2.01.05.02.07	Uso do Bem Público	27.212	17.287
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	513.208	410.868
2.02	Passivo Não Circulante	13.084.080	8.878.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.061.055	7.159.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.619.615	4.946.998
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.434.476	4.481.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.185.139	465.577
2.02.01.02	Debêntures	4.441.440	2.212.314
2.02.02	Outras Obrigações	1.057.065	1.150.475
2.02.02.02	Outros	1.057.065	1.150.475
2.02.02.02.03	Derivativos	46	7.883
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	454.993	570.877
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições	625	960
2.02.02.02.06	Uso do Bem Público	437.301	429.632
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	164.100	141.123
2.02.03	Tributos Diferidos	651.892	277.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	651.892	277.767
2.02.04	Provisões	314.068	291.265
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	314.068	291.265
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.097.274	6.749.656
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.104.691	795.563
2.03.04	Reservas de Lucros	418.665	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	486.040

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	417.060	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.363.418	255.948

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.292.224	9.359.864	3.098.875	8.845.159
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.232.674	-6.223.783	-2.219.647	-6.037.651
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.635.616	-4.578.729	-1.665.778	-4.582.560
3.02.02	Custo de Operação	-282.157	-865.525	-256.275	-751.597
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-314.901	-779.529	-297.594	-703.494
3.03	Resultado Bruto	1.059.550	3.136.081	879.228	2.807.508
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-277.079	-862.564	-257.229	-699.726
3.04.01	Despesas com Vendas	-84.512	-262.714	-67.573	-211.431
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-135.628	-431.722	-133.312	-323.520
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.939	-168.128	-56.344	-164.775
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	782.471	2.273.517	621.999	2.107.782
3.06	Resultado Financeiro	-205.203	-518.358	-73.100	-239.231
3.06.01	Receitas Financeiras	220.146	471.584	129.825	332.117
3.06.02	Despesas Financeiras	-425.349	-989.942	-202.925	-571.348
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	577.268	1.755.159	548.899	1.868.551
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-198.204	-616.137	-198.118	-670.137
3.08.01	Corrente	-195.022	-556.290	-203.679	-592.636
3.08.02	Diferido	-3.182	-59.847	5.561	-77.501
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	379.064	1.139.022	350.781	1.198.414
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	379.064	1.139.022	350.781	1.198.414
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	368.718	1.116.428	344.148	1.182.176
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10.346	22.594	6.633	16.238
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.006.165	1.694.474
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.133.510	2.584.137
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	1.755.159	1.868.551
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	584.191	498.291
6.01.01.03	Provisão para Contingencias	17.976	-143.233
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	834.243	413.900
6.01.01.05	Ganho com Plano de Pensão	-67.056	-65.405
6.01.01.06	Perda na Baixa de Não Circulante	1.302	1.946
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	7.695	5.407
6.01.01.08	Outros	0	4.680
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.127.345	-889.663
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-25.473	-96.188
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-1.111	5.588
6.01.02.03	Operações de Arrendamento	-3.726	0
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-137.348	-29.782
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	-65.698	-115.776
6.01.02.06	Fornecedores	143.539	123.546
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Pagos	-550.050	-531.006
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	34.497	-44.798
6.01.02.09	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-50.964	-52.115
6.01.02.10	Encargos de Dívidas Pagos	-549.373	-393.976
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	21.524	55.380
6.01.02.12	Outros Passivos Operacionais	56.838	189.464
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-903.963	-1.212.750
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	-419.545	-447.636
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	39.485	-17.361
6.02.04	Operações de Arrendamento	5.623	0
6.02.05	Adições de Intangível	-782.703	-776.342
6.02.08	Aquisição de Participação Societária	0	-176
6.02.09	Aumento de Caixa por Combinação de Negócios	253.177	0
6.02.10	Outros	0	28.765
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.609.520	-828.663
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	4.831.782	1.586.602
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	-1.981.887	-975.167
6.03.03	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.240.375	-1.440.098
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.711.722	-346.939
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.562.897	1.487.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.274.619	1.140.304

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-486.040	-744.744	0	-1.230.784	-7.093	-1.237.877
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.040	-747.709	0	-1.233.749	-7.093	-1.240.842
5.04.08	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.965	0	2.965	0	2.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.142.258	328.674	1.470.932	1.114.563	2.585.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.116.428	0	1.116.428	22.594	1.139.022
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	25.830	328.674	354.504	1.091.969	1.446.473
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	102	41.368	41.470	0	41.470
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-14.100	-14.100	0	-14.100
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	0	0	1.091.969	1.091.969
5.05.02.06	Combinação de negócios CPFL Renováveis	0	0	0	25.728	301.406	327.134	0	327.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	19.546	-19.546	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	29.614	-29.614	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10.068	10.068	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	418.665	417.060	1.104.691	6.733.856	1.363.418	8.097.274

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.249	0	-655.017	-771.452	0	-1.374.220	-6.181	-1.380.401
5.04.01	Aumentos de Capital	52.249	0	0	0	0	52.249	0	52.249
5.04.06	Dividendos	0	0	-655.017	-774.429	0	-1.429.446	-6.181	-1.435.627
5.04.08	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.977	0	2.977	0	2.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.182.324	39.264	1.221.588	13.776	1.235.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.182.176	0	1.182.176	16.238	1.198.414
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	148	39.264	39.412	-2.462	36.950
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	148	59.584	59.732	0	0
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-20.320	-20.320	0	0
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	0	0	-2.462	36.950
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	19.581	-19.581	0	-19.980	-19.980
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	19.581	-19.581	0	0	0
5.06.04	Outras movimentações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-19.980	-19.980
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	341.751	196.175	785.350	6.116.716	255.046	6.371.762

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	14.083.809	14.256.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.105.187	12.266.434
7.01.02	Outras Receitas	778.153	696.554
7.01.02.01	Receitas com Construção da Infraestrutura de Concessão	778.153	698.867
7.01.02.02	Outras	0	-2.313
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	252.409	1.330.644
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-51.940	-37.410
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.738.866	-7.611.590
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.112.157	-5.100.620
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.382.356	-2.264.718
7.02.04	Outros	-244.353	-246.252
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.344.943	6.644.632
7.04	Retenções	-613.091	-516.430
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-474.917	-377.190
7.04.02	Outras	-138.174	-139.240
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-138.174	-139.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.731.852	6.128.202
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	480.884	351.676
7.06.02	Receitas Financeiras	480.884	351.676
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.212.736	6.479.878
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.212.736	6.479.878
7.08.01	Pessoal	439.953	362.987
7.08.01.01	Remuneração Direta	306.484	279.326
7.08.01.02	Benefícios	109.495	61.294
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.974	22.367
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.608.850	4.286.145
7.08.02.01	Federais	2.396.119	2.242.963
7.08.02.02	Estaduais	2.204.050	2.035.895
7.08.02.03	Municipais	8.681	7.287
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.024.911	632.332
7.08.03.01	Juros	1.005.029	620.716
7.08.03.02	Aluguéis	19.882	11.363
7.08.03.03	Outras	0	253
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.139.022	1.198.414
7.08.04.02	Dividendos	747.709	774.429
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	391.313	423.985

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Análise de Resultados**CPFL Energia (Controladora)**

Neste trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 368.719, sendo 7,1% (R\$ 24.571) maior do que o mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

	<u>3º Trimestre 2011</u>	<u>3º Trimestre 2010</u>
CPFL Paulista	142.362	125.155
CPFL Piratininga	57.463	61.067
RGE	61.164	73.414
CPFL Santa Cruz	8.564	3.320
CPFL Leste Paulista	3.616	3.481
CPFL Jaguari	3.840	2.588
CPFL Sul Paulista	4.941	3.847
CPFL Mococa	2.520	1.931
CPFL Geração	79.448	51.729
CPFL Brasil	28.602	49.953
CPFL Atende	125	734
CPFL Planalto	3.845	2.907
CPFL Serviços	2.940	1.391
CPFL Jaguariuna	(17)	-
CPFL Jaguari Geração	2.472	2.353
Chumpitaz	523	(250)
Total	<u>402.406</u>	<u>383.620</u>

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

	Consolidado					
	3º Trimestre			9 meses		
	2011	2010	Variação	2011	2010	Variação
Receita operacional	4.858.087	4.494.484	8,1%	13.883.340	12.965.301	7,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.824.174	3.482.626	9,8%	11.015.653	10.421.641	5,7%
Suprimento de energia elétrica	339.763	348.380	-2,5%	914.567	845.887	8,1%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	314.135	295.403	6,3%	778.153	698.867	11,3%
Outras receitas operacionais (*)	380.015	368.075	3,2%	1.174.968	998.906	17,6%
Deduções da receita operacional	(1.565.864)	(1.395.609)	12,2%	(4.523.475)	(4.120.142)	9,8%
Receita operacional líquida	3.292.224	3.098.875	6,2%	9.359.864	8.845.159	5,8%
Custo com energia elétrica	(1.635.616)	(1.665.778)	-1,8%	(4.578.729)	(4.582.560)	-0,1%
Energia comprada para revenda	(1.278.806)	(1.379.348)	-7,3%	(3.609.063)	(3.723.117)	-3,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(356.810)	(286.430)	24,6%	(969.665)	(859.443)	12,8%
Despesa operacional	(874.137)	(811.098)	7,8%	(2.507.619)	(2.154.817)	16,4%
Pessoal	(169.265)	(147.737)	14,6%	(527.064)	(441.095)	19,5%
Entidade de previdência privada	22.352	21.800	2,5%	67.056	65.405	2,5%
Material	(27.864)	(21.412)	30,1%	(69.400)	(57.626)	20,4%
Serviço de terceiros	(110.738)	(111.254)	-0,5%	(367.760)	(320.223)	14,8%
Depreciação/amortização	(149.902)	(120.982)	23,9%	(446.017)	(359.051)	24,2%
Amortização de intangível de concessão	(46.148)	(46.511)	-0,8%	(138.174)	(139.240)	-0,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(314.135)	(295.403)	6,3%	(778.153)	(698.867)	11,3%
Outros	(78.438)	(89.599)	-12,5%	(248.107)	(204.120)	21,5%
Resultado do serviço	782.471	621.999	25,8%	2.273.517	2.107.782	7,9%
Resultado financeiro	(205.203)	(73.100)	180,7%	(518.358)	(239.231)	116,7%
Receitas financeiras	220.146	129.825	69,6%	471.584	332.117	42,0%
Despesas financeiras	(425.349)	(202.925)	109,6%	(989.942)	(571.348)	73,3%
Resultado antes dos tributos	577.268	548.899	5,2%	1.755.159	1.868.551	-6,1%
Contribuição social	(52.966)	(52.641)	0,6%	(163.648)	(178.316)	-8,2%
Imposto de renda	(145.237)	(145.477)	-0,2%	(452.488)	(491.821)	-8,0%
Resultado Líquido do Exercício	379.064	350.781	8,1%	1.139.022	1.198.414	-5,0%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	368.719	344.148	7,1%	1.116.428	1.182.176	-5,6%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	10.346	6.633	56,0%	22.594	16.238	39,1%
Ebitda	956.168	767.692	24,6%	2.790.652	2.540.668	9,8%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (*)

Lucro Líquido do Período	379.064	350.781	1.139.022	1.198.414
Entidade de Previdência Privada	(22.352)	(21.800)	(67.056)	(65.405)
Depreciação e Amortização	196.049	167.493	584.191	498.291
Resultado Financeiro	205.203	73.100	518.358	239.231
Contribuição Social	52.966	52.641	163.648	178.316
Imposto de Renda	145.237	145.477	452.488	491.821
EBITDA	956.168	767.692	2.790.652	2.540.668

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24).

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 3º trimestre de 2011 foi de R\$ 4.858.087, representando um aumento de 8,1% (R\$ 363.603) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 9,8% (R\$ 341.548) no fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica, justificado pelo aumento de 8,1% nas tarifas médias praticadas principalmente em função dos reajustes tarifários e aumento na quantidade de energia vendida de 2,6%;
- Redução de 2,5% (R\$ 8.617) no suprimento de energia, motivado principalmente pela redução de 32,1% no preço médio praticado nas vendas, compensado parcialmente pelo aumento de 43,6% na quantidade de energia vendida.
- Aumento de 3,2% (R\$ 11.940) em Outras Receitas Operacionais, com destaque para o aumento de R\$ 19.560 na receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD, principalmente pela migração de clientes para o mercado livre, e redução de R\$ 7.620 em outras receitas, basicamente em função da redução de receita com créditos de carbono reconhecido no 3T10 pela controlada Ceran e redução em prestação de serviços de manutenção

➤ Quantidade de Energia Vendida

No 3º trimestre de 2011, houve aumento de 2,6% na quantidade de energia vendida a consumidores finais.

As classes residencial, comercial e industrial, que representam 84,5% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre, registraram um crescimento de 6,9%, 7,6% e redução de 2,9% respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. As classes residencial e comercial são favorecidas pelo efeito acumulado da expansão da massa salarial e da concessão de crédito nos últimos anos, o que resultou em uma elevação do estoque de eletrodomésticos nas residências e em um forte dinamismo do comércio varejista. A classe residencial, embora favorecida, sofreu os impactos da queda de temperatura em relação ao mesmo período do ano anterior. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou queda em função da migração de diversos clientes para o mercado livre e também foi influenciada pela retração da produção industrial.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve um aumento de 4,2% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

➤ Tarifas

No 3º trimestre de 2011, as tarifas de fornecimento de energia praticadas, aumentaram em média 8,1% devido, principalmente, aos seguintes reajustes tarifários das distribuidoras:

- CPFL Paulista: 7,23% a partir de abril de 2011;
- RGE: 6,74% a partir de junho de 2011;
- CPFL Santa Cruz: 15,38%, CPFL Jaguari: 6,62%, CPFL Mococa: 9,77%, CPFL Leste Paulista: 16,44% e CPFL Sul Paulista: 7,11% todas a partir de fevereiro de 2011;
- CPFL Piratininga: 5,66% a partir de outubro de 2010. O processo de Reajuste Tarifário ainda não ocorreu, vide detalhes na nota explicativa nº 34.

Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 3º trimestre de 2011 foram de R\$ 1.565.864, apresentando um aumento de 12,2% (R\$ 170.255) em relação ao mesmo trimestre de 2010, o qual deve-se principalmente ao aumento de 11,1% (R\$ 116.841) do ICMS, Pis e Cofins em decorrência do fornecimento faturado e aumento de 14,9% (R\$ 41.400) nos encargos de CCC e CDE.

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R\$ 1.635.616 representando uma redução de 1,8% (R\$ 30.162) em relação ao mesmo período do ano anterior.

➤ Energia Elétrica Comprada para Revenda

O saldo de energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 1.278.806, representando uma redução de 7,3% (R\$ 100.542), justificado pela redução de 2,3% na quantidade de energia comprada e 5,1% no reajuste de tarifa. A redução na quantidade se dá principalmente em função da entrada em operação dos projetos de Foz do Chapecó e Bioenergia.

➤ Encargos do Uso do Sistema de Distribuição

Aumento de 24,6% (R\$ 70.380) nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição devido principalmente aos Encargos de Serviço do Sistema (R\$ 18.133) e Encargos de Rede Básica (R\$ 50.025), também em função da entrada em produção de Foz do Chapecó e Epasa.

Custos e Despesas Operacionais

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão, os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R\$ 560.003, um aumento de 8,6% (R\$ 44.308) quando comparado com o mesmo período do trimestre anterior. Esta variação deve-se principalmente à:

- Aumento de 14,6% (R\$ 21.528) em Pessoal, principalmente em função do início da consolidação da CPFL Renováveis (R\$ 7.820), dos efeitos do Acordo Coletivo 2011 (R\$ 6.800), do complemento do programa de aposentadoria incentivada (R\$ 2.993), e da entrada em operação dos projetos Foz do Chapecó, Bioenergia e Epasa (R\$ 1.669).
- Aumento de 30,1% (R\$ 6.452) em Material devido basicamente a despesa com manutenção de linha de redes;
- Aumento de 23,9% (R\$ 28.920) em Depreciações e Amortizações, devido basicamente ao início da entrada em operação de Foz do Chapecó (R\$ 16.687) e Epasa (R\$ 3.954).
- Redução de 12,5% (R\$ 11.161) em Outras Despesas, principalmente em decorrência da redução das despesas legais e judiciais (R\$ 14.942), devido a provisão para contingência trabalhista em 2010 (R\$ 18.552) da controlada CPFL Paulista, da redução de R\$ 2.406 com taxa de arrecadação, compensadas parcialmente pelo aumento na provisão para créditos de liquidações duvidosas (R\$ 6.967).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 205.203, comparada com R\$ 73.100 no mesmo período de 2010, representando um aumento na despesa de 180,7% (R\$ 132.103).

➤ **Aumento na receita financeira em R\$ 90.321 (69,6%), principalmente por:**

Aumento nos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 95.347) em consequência do maior volume dos saldos aplicados no 3º trimestre de 2011.

➤ **Aumento na despesa financeira em R\$ 222.424 (109,6%), principalmente por:**

- Aumento de R\$ 187.691 (86,8%) em encargos de dívida e em atualizações monetárias e cambiais em função da variação dos indexadores da dívida, em especial o CDI (15,1%), do maior endividamento, neste trimestre, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior e da atualização cambial sobre as faturas de Itaipu.
-
- Redução dos Juros Capitalizados de R\$ 30.101, devido à entrada em operação de Foz do Chapecó a partir de outubro de 2010, Epasa a partir de dezembro 2010 e Bioenergia a partir de 27 de agosto de 2010.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 3º trimestre de 2011, de R\$ 198.203, apresentaram uma redução de 0,04% (R\$ 85) em relação do mesmo trimestre de 2010, basicamente pelo aumento do Lucro antes dos Tributos compensados pelo efeito da dedutibilidade da depreciação acelerada da controlada Epasa.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre, foi de R\$ 379.064, sendo 8,1% (R\$ 28.283) menor que o mesmo período de 2010.

O EBITDA ajustado (Lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 3º trimestre de 2011 foi de R\$ 956.168, sendo 24,6% (R\$ 188.476) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2010.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de setembro de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de setembro de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Rio Grande Energia S.A.

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: CPFL Comercialização Brasil S.A.

	Consolidado			
	9 meses 2011	3o trimestre 2011	9 meses 2010	3o trimestre 2010
Receita Líquida	1.181.816	442.405	1.232.352	483.494
Custo Com Energia Elétrica	(939.548)	(372.535)	(958.386)	(391.420)
Despesas Operacionais	(65.453)	(21.088)	(46.282)	(18.159)
Pessoal	(16.914)	(5.325)	(13.161)	(4.092)
Material	(2.141)	(885)	(1.073)	(479)
Serviços de terceiros	(30.979)	(10.836)	(21.117)	(7.527)
Depreciação e amortização	(3.103)	(1.022)	(1.983)	(711)
Outras despesas	(12.316)	(3.019)	(8.948)	(5.350)
Resultado do Serviço	176.815	48.783	227.684	73.915
Resultado Financeiro	(13.252)	(8.150)	1.631	537
Receitas Financeiras	49.117	38.434	17.330	6.435
Despesas Financeiras	(62.369)	(46.585)	(15.699)	(5.898)
Equivalência Patrimonial	2.107	2.107	0	0
Lucro Antes dos Tributos	165.671	42.740	229.315	74.452
Contribuição social	(14.780)	(3.774)	(20.068)	(6.521)
Imposto de renda	(40.826)	(10.364)	(55.397)	(17.978)
Lucro Líquido do Período	110.066	28.602	153.850	49.953
EBITDA	179.918	49.805	229.668	74.953

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada do 3ºT11 foi de R\$ 442.405, demonstrando uma redução de R\$ 41.089 (8,5%) em relação ao mesmo trimestre de 2010. Esta redução é explicada basicamente pela venda a menor no período em 520 GWh (R\$ 58.206) que foi compensada parcialmente pelo aumento de tarifa média no período em 4,3% (R\$ 18.430).

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 3ºT11 foi de R\$ 28.602, demonstrando uma redução de R\$ 21.351 (42,7%), quando comparado com o mesmo trimestre de 2010.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 3ºT11 foi de R\$ 49.805, sendo 33,6% menor que o apurado para o mesmo trimestre de 2010 que foi R\$ 74.953 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

Notas Explicativas

CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	561.373	110.958	4.274.619	1.562.897
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	1.865.275	1.816.073
Dividendo e juros sobre o capital próprio (nota 12)	125.913	412.648	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	44.744	42.533	44.744	42.533
Tributos a compensar (nota 8)	28.083	34.992	208.659	193.020
Derivativos (nota 32)	25	-	256.791	244
Estoques	-	-	42.816	24.856
Arrendamentos	-	-	4.443	4.754
Outros créditos (nota 11)	2.434	505	444.535	253.812
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	762.572	601.635	7.141.882	3.898.190
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	186.685	195.738
Coligadas, controladas e controladora	21.027	14.875	-	-
Depósitos judiciais (nota 21)	11.431	10.676	1.079.399	890.685
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	12.679	39.216	46.837	72.823
Tributos a compensar (nota 8)	2.787	2.787	166.385	138.966
Derivativos (nota 32)	-	-	224	82
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	171.157	177.729	1.096.980	1.183.460
Arrendamentos	-	-	24.729	26.315
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	-	-	1.233.886	934.646
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	5.800	5.800
Investimentos ao custo	-	-	116.654	116.654
Outros créditos (nota 11)	17.305	27.514	217.932	222.100
Investimentos (nota 12)	6.271.333	6.167.072	-	-
Imobilizado (nota 13)	133	158	6.982.472	5.786.465
Intangível (nota 14)	146	255	7.759.064	6.584.874
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.507.998	6.440.282	18.917.048	16.158.607
TOTAL DO ATIVO	7.270.570	7.041.917	26.058.930	20.056.797

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	1.320	1.768	1.197.365	1.047.385
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	147.854	40.516
Encargos de debêntures (nota 17)	3.768	15.529	218.028	118.066
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	1.356.407	578.867
Debêntures (nota 17)	150.000	-	602.859	1.509.958
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	37.967	40.103
Taxas regulamentares (nota 19)	-	-	145.065	123.541
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	603	437	488.434	455.248
Dividendo e juros sobre capital próprio (nota 24)	17.745	16.360	21.603	23.813
Obrigações estimadas com pessoal	11	204	121.574	58.688
Derivativos (nota 32)	-	123	-	3.982
Uso do bem público (nota 22)	-	-	27.212	17.287
Outras contas a pagar (nota 23)	15.966	6.824	513.208	410.869
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	189.413	41.246	4.877.576	4.428.323
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	16.118	29.155
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	6.603.497	4.917.843
Debêntures (nota 17)	300.000	450.000	4.441.440	2.212.314
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	454.993	570.877
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	-	-	625	960
Débitos fiscais diferidos (nota 9)	-	-	651.892	277.767
Provisões para contingências (nota 21)	11.378	10.666	314.068	291.265
Derivativos (nota 32)	43	460	43	7.883
Uso do bem público (nota 22)	-	-	437.301	429.632
Outras contas a pagar (nota 23)	35.880	45.837	164.100	141.124
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	347.301	506.964	13.084.079	8.878.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 24)				
Capital social	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424
Reservas de capital	16	16	16	16
Reserva Legal	418.665	418.665	418.665	418.665
Dividendo adicional proposto	-	486.040	-	486.040
Reserva de avaliação patrimonial	1.104.691	795.563	1.104.691	795.563
Lucros acumulados	417.060	-	417.060	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	1.363.418	255.948
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.733.856	6.493.708	8.097.274	6.749.656
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.270.570	7.041.917	26.058.930	20.056.797

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Demonstrações dos Resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 26)	1	3	890	892	3.292.224	9.359.864	3.098.875	8.845.159
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
Custo com energia elétrica (nota 27)	-	-	-	-	(1.635.616)	(4.578.729)	(1.665.778)	(4.582.560)
Custo de operação	-	-	-	-	(282.157)	(865.526)	(256.275)	(751.597)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	-	-	-	(314.901)	(779.529)	(297.594)	(703.494)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1	3	890	892	1.059.550	3.136.081	879.228	2.807.508
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 28)								
Despesas com vendas	-	-	-	-	(84.513)	(262.714)	(67.573)	(211.431)
Despesas gerais e administrativas	(5.814)	(21.954)	(6.339)	(17.361)	(135.628)	(431.722)	(133.312)	(323.520)
Outras despesas operacionais	(36.297)	(108.892)	(36.255)	(108.495)	(56.939)	(168.128)	(56.344)	(164.775)
RESULTADO DO SERVIÇO	(42.110)	(130.843)	(41.704)	(124.964)	782.471	2.273.517	621.999	2.107.782
Resultado de participações societárias	402.406	1.279.552	383.620	1.341.540	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO (nota 29)								
Receitas financeiras	23.730	30.754	21.072	43.550	220.146	471.584	129.825	332.117
Despesas financeiras	(14.417)	(41.198)	(20.994)	(56.015)	(425.349)	(989.942)	(202.925)	(571.348)
	9.313	(10.444)	78	(12.465)	(205.203)	(518.358)	(73.100)	(239.231)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	369.609	1.138.265	341.994	1.204.111	577.268	1.755.159	548.899	1.868.551
Contribuição social (nota 9)	312	(4.221)	1.157	(4.363)	(52.966)	(163.648)	(52.641)	(178.316)
Imposto de renda (nota 9)	(1.203)	(17.615)	997	(17.572)	(145.237)	(452.488)	(145.477)	(491.821)
	(891)	(21.837)	2.154	(21.935)	(198.203)	(616.136)	(198.118)	(670.137)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	368.719	1.116.428	344.148	1.182.176	379.064	1.139.022	350.781	1.198.414
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores					368.719	1.116.428	344.148	1.182.176
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					10.346	22.594	6.633	16.238
Lucro líquido básico por ação		1,16		1,23				
Lucro líquido diluído por ação		1,16		1,23				

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Dividendo	Custo Atribuído	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
						Instrumentos Financeiros	Combinação de negócios				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.793.424	16	418.655	486.040	609.732	185.831	-	-	6.493.708	255.948	6.749.656
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	1.116.428	1.116.428	22.594	1.139.022
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(1.233.749)	-	-	-	-	(1.233.749)	(3.596)	(1.237.345)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:											
- Ganho no ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	41.470	-	-	41.470	-	41.470
- Efeitos fiscais sobre ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	(14.100)	-	-	(14.100)	-	(14.100)
- Realização do custo atribuído de ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	(102)	-	102	-	-	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(29.614)	-	-	-	(29.614)	-	(29.614)
- Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	(10.068)	-	-	(10.068)	-	-	(10.068)
- Combinação de negócios CPFL Renováveis	-	-	-	-	(25.728)	-	327.134	25.728	327.134	1.091.969	1.419.103
Destinação do Lucro:											
- Dividendo Intermediário	-	-	-	747.709	-	-	-	(747.709)	-	(3.498)	(3.498)
- Dividendo Prescrito	-	-	-	-	-	-	-	2.965	2.965	-	2.965
Saldo em 30 de setembro de 2011	4.793.424	16	418.655	-	564.458	213.099	327.134	417.060	6.733.856	1.363.418	8.097.274

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Dividendo	Custo Atribuído	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
						Instrumentos Financeiros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados				
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.741.175	16	341.751	655.017	635.871	129.796	(234.278)	-	6.269.348	267.431	6.536.779
Aumento de Capital	52.249	-	-	-	-	-	-	-	52.249	-	52.249
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	1.182.176	1.182.176	1.182.175	16.238	1.198.414
Dividendo Prescrito	-	-	-	-	-	-	2.977	2.977	2.977	-	2.977
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(1.429.446)	-	-	-	-	(1.429.446)	-	(1.429.446)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:											
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	59.764	-	-	59.764	(3.733)	56.031
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(20.320)	-	-	(20.320)	1.270	(19.050)
- Realização de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(179)	148	148	(31)	-	(31)
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(29.673)	-	29.673	29,673	-	-	-
- Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	10.092	-	(10,092)	(10,092)	-	-	-
Destinação do Lucro:											
- Constituição de Reserva Legal	-	-	-	774.429	-	-	-	(774,429)	-	(6,181)	(6,181)
- Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19,980)	(19,980)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2010	4.793.424	16	341.751	-	616.290	169.061	196.175	196,175	6.116.716	255,045	6.371.762

Notas Explicativas

CPFL Energia S/A
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos findos em 30 de Setembro 2011 e de 2010

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL								
Lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ	369.610	1.138.265	341.994	1.204.111	577.268	1.755.159	548.899	1.868.551
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Depreciação e amortização	36.341	109.025	36.294	108.600	196.049	584.191	167.493	498.291
Provisão para contingências	-	-	5	5	(1.593)	17.976	16.307	(143.233)
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	10.603	29.489	7.288	16.057	402.110	834.243	158.465	413.900
(Ganho) Perda com plano de pensão	-	-	-	-	(22.352)	(67.056)	(21.800)	(65.405)
Equivalência patrimonial	(402.404)	(1.279.550)	(383.620)	(1.341.540)	-	-	-	-
Perda (Ganho) na baixa de não circulante	-	-	-	-	456	1.302	(1.998)	1.946
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	-	(6.839)	7.695	(5.936)	5.407
Outros	-	-	-	-	-	-	1.233	4.680
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	(50.423)	(25.473)	(57.741)	(96.188)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio recebidos	710.595	1.692.403	754.785	1.254.799	-	-	-	-
Tributos a compensar	23.777	23.015	25.550	23.406	15.813	(1.111)	32.757	5.588
Operações de arrendamento	-	-	-	-	(1.530)	(3.726)	-	-
Depósitos judiciais	(29)	(42)	(240)	(633)	(14.442)	(137.348)	(2.320)	(29.782)
Outros ativos operacionais	3.976	8.280	499	217	53.509	(65.698)	(48.146)	(115.776)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS								
Fornecedores	(1.852)	(448)	(80)	(1.148)	96.973	143.539	87.244	123.546
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(15.453)	(15.653)	(18.790)	(18.790)	(223.109)	(550.050)	(189.519)	(531.006)
Outros tributos e contribuições sociais	(9.281)	222	(9.887)	(734)	34.300	34.497	(10.009)	(44.798)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	-	-	(15.479)	(50.964)	(14.818)	(52.115)
Encargos de dívidas pagas	(27.533)	(51.984)	(22.756)	(42.154)	(185.906)	(549.373)	(150.809)	(393.976)
Taxas regulamentares	-	-	-	-	5.320	21.524	8.770	55.380
Outros passivos operacionais	3.606	(1.007)	4.094	14.709	(30.267)	56.838	19.889	189.464
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	701.956	1.652.015	735.136	1.216.905	829.858	2.006.165	538.062	1.694.474
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	-	(59)	(176)
Aumento de caixa por combinação de negócios	-	-	-	-	253.177	253.177	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	-	(169)	(122.259)	(419.545)	(166.489)	(447.636)
Títulos e valores mobiliários	11.693	34.615	11.264	32.503	14.905	39.485	(35.107)	(17.361)
Operações de arrendamento	-	-	-	-	2.014	5.623	-	-
Adições de intangível	(1)	(1)	-	-	(342.593)	(782.703)	(335.408)	(776.342)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(210)	(305)	-	-	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	11.657	(6.692)	(41.727)	(40.113)	-	-	-	-
Outros	-	-	(1)	27	-	-	26.225	28.765
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	23.349	27.922	(30.674)	(8.057)	(194.756)	(903.963)	(510.838)	(1.212.750)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	-	-	1.420.990	4.831.782	786.499	1.586.602
Amortização de principal de empréstimos e debêntures, líquida de derivativos	(121)	(121)	-	(198)	(1.434.346)	(1.981.887)	(259.883)	(975.167)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio pagos	(746.755)	(1.229.401)	(771.253)	(1.423.595)	(750.075)	(1.240.375)	(790.985)	(1.440.098)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(746.876)	(1.229.522)	(771.253)	(1.423.793)	(763.431)	1.609.520	(264.369)	(828.663)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(21.571)	450.415	(66.791)	(214.945)	(128.329)	2.711.722	(237.145)	(346.939)
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	582.944	110.958	70.972	219.126	4.402.948	1.562.897	1.377.449	1.487.243
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	561.373	561.373	4.181	4.181	4.274.619	4.274.619	1.140.304	1.140.304

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
1 - Receita	1	3	980	982	4.915.075	14.083.809	4.931.248	14.256.222
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1	3	980	982	4.543.952	13.105.187	4.199.081	12.266.434
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	-	71.510	252.409	443.880	631.777
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	314.135	778.153	295.403	698.867
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(14.522)	(51.940)	(7.330)	(37.410)
1.5 Provisão para perdas na realização de ativos regulatórios	-	-	-	-	-	-	214	(2.313)
2 - (.) Insumos adquiridos de terceiros	(3.579)	(17.611)	(5.279)	(14.340)	(2.406.197)	(6.738.866)	(2.786.627)	(7.611.590)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	-	-	(1.823.465)	(5.112.157)	(1.840.003)	(5.100.620)
2.2 Material	(15)	(46)	(7)	(46)	(228.539)	(604.434)	(221.283)	(760.103)
2.3 Serviços de terceiros	(2.567)	(13.970)	(4.314)	(10.894)	(266.985)	(777.922)	(611.879)	(805.748)
2.4 Outros	(998)	(3.595)	(958)	(3.400)	(87.208)	(244.353)	(113.462)	(246.252)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(3.579)	(17.608)	(4.299)	(13.358)	2.508.878	7.344.943	2.144.621	6.644.632
4 - Retenções	(36.342)	(109.025)	(36.294)	(108.600)	(208.617)	(613.091)	(173.462)	(516.430)
4.1 Depreciação e amortização	(45)	(134)	(39)	(105)	(162.470)	(474.917)	(126.951)	(377.190)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(36.297)	(108.892)	(36.255)	(108.495)	(46.148)	(138.174)	(46.511)	(139.240)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(39.920)	(126.633)	(40.593)	(121.958)	2.300.261	6.731.852	1.971.159	6.128.202
6 - Valor adicionado recebido em transferência	426.136	1.319.700	404.692	1.394.207	220.503	480.884	136.900	351.676
6.1 Receitas financeiras	23.730	40.148	21.072	52.667	220.503	480.884	136.900	351.676
6.2 Equivalência patrimonial	402.406	1.279.552	383.620	1.341.540	-	-	-	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	386.216	1.193.066	364.099	1.272.249	2.520.764	7.212.736	2.108.059	6.479.878
8 - Distribuição do valor adicionado	386.216	1.193.066	364.099	1.272.249	2.520.764	7.212.736	2.108.059	6.479.878
8.1 Pessoal	1.915	3.453	870	2.436	140.456	439.953	124.585	362.987
8.1.1 Remuneração direta	1.304	2.842	804	2.257	106.006	306.484	92.993	279.326
8.1.2 Benefícios	549	432	44	96	26.443	109.495	22.875	61.294
8.1.3 F.G.T.S	62	178	22	83	8.007	23.974	7.717	22.367
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.138	31.924	(1.916)	31.578	1.569.251	4.608.850	1.417.589	4.286.145
8.2.1 Federais	1.138	31.920	(1.926)	31.562	804.620	2.396.119	732.479	2.242.963
8.2.2 Estaduais	-	4	-	-	762.897	2.204.050	683.942	2.035.895
8.2.3 Municipais	-	-	10	16	1.579	8.681	1.168	7.287
8.3 Remuneração de capital de terceiros	14.444	41.262	20.997	56.059	431.993	1.024.911	215.104	632.332
8.3.1 Juros	14.415	41.188	20.981	55.996	425.294	1.005.029	210.361	620.716
8.3.6 Aluguéis	29	74	16	63	6.699	19.882	4.490	11.363
8.3.7 Outros	-	-	-	-	0	0	253	253
8.4 Remuneração de capitais próprios	368.719	1.116.428	344.148	1.182.176	379.064	1.139.022	350.781	1.198.414
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	-	747.709	-	774.429	-	747.709	-	774.429
8.4.2 Lucros retidos	368.719	368.719	344.148	407.747	379.064	391.313	350.781	423.985

Notas Explicativas

CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Cj 2 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

Distribuição de Energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	234	3.704	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	27	1.458	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	262	1.293	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	183	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	7	52	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Jaguarí”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	2	33	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	5	73	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa (“CPFL Mococa”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	41	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Capacidade instalada	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 2 PCHs e 1 térmica*	695 MW	695 MW
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Paraíba	2 Térmicas	342 MW	174 MW
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93%**	São Paulo	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW
CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 54,5%	(***)	(***)	(***)	(***)

(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

(**) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada Investco S.A.

(***) Detalhes da reestruturação e atividades da CPFL Renováveis estão descritas na nota 1.1

Notas Explicativas

Comercialização de Energia e Serviços	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia, consultoria e assessoramento a agentes no setor de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Jaguariuna S.A. ("CPFL Jaguariuna")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Companhia Jaguarí de Geração de Energia ("Jaguarí Geração")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 51%
CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 99,95%

1.1 Reestruturação societária CPFL Energia Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")

Em 19 de abril de 2011, a Companhia celebrou com os acionistas da ERSÁ Energia Renováveis S.A ("Ersa"), um acordo de associação para união de ativos e projetos de energia renovável detidos em suas controladas – no caso da CPFL, os ativos das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil - incluindo parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSÁ, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Energias Renováveis S.A.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos no setor de energias renováveis e com isso obter ganho de sinergia pela unificação das atividades, resultando em uma estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa n.º 2.967/2011, publicada no D.O.U. em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, resumiu-se às seguintes etapas:

Etapa 1: Transferência das PCH's da CPFL Geração para as seguintes SPEs por ela controladas: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. – "Mohini"; JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda – "Jayaditya"; e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. – "Chimay";

Notas Explicativas

Etapa 2: Aumento no capital social da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), com a contribuição pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil, de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, que receberam as PCHs da CPFL Geração na etapa 1; e

Etapa 3: Incorporação da SMITA pela ERSa, o que implicou no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade – que passou a adotar a denominação CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 18 de julho de 2011 as controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as etapas 1 e 2. Em 24 de agosto foi aprovada a etapa 3, passando a CPFL Renováveis a ser consolidada nas demonstrações consolidadas da CPFL Energia a partir de 1º de agosto de 2011.

Com a aprovação da etapa 3, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%). Ver mais detalhes sobre os impactos contábeis na nota 12.4.

A CPFL Renováveis é uma produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de usinas de pequeno (até 30 MW) e médio (até 200MW) porte, tais como pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), usinas eólicas e usinas movidas a biomassa. A CPFL Renováveis é composta por:

- 17 controladas cujo objeto principal é a geração de energia elétrica através de usinas hidrelétricas, representadas por 36 PCH's, sendo que: (i) 34 estão em operação, com potência total instalada de 307 MW, localizadas nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, e (ii) 2 estão em desenvolvimento, com potência instalada prevista de 38 MW e com previsão de entrada em operação em 2013 e 2014;
- 19 controladas cujo objeto principal é a geração de energia elétrica através de fontes eólicas, sendo que (i) 4 estão em operação, com potência instalada total de 210MW, localizadas no estado do Ceará, e (ii) 15 estão em desenvolvimento, cuja potência instalada prevista é de 889 MW, com previsão de entrada em operação entre 2012 e 2015;
- 9 controladas cujo objeto principal é a geração de energia elétrica através de biomassa, sendo que (i) 4 estão em operação, com potência instalada total de 160 MW e localizada nos estados de São Paulo e Rio Grande do Norte e (ii) 5 estão em desenvolvimento, cuja potência instalada prevista é de 240 MW, com previsão de entrada em operação entre 2012 e 2014.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais ("ITR's") individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas e

Notas Explicativas

controladas em conjunto que estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS deveriam ser registradas pelo método do custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas em completa conformidade com as normas IFRS e estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 "*Interim Financial Reporting*".

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Trimestrais estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 e devem ser analisadas em conjunto.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo, iv) ativo imobilizado ajustado para refletir o "custo atribuído" na data de transição, e v) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do exercício financeiro são:

- Nota 09 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada;
- Nota 21 – Provisões para contingências, e
- Nota 32 – Instrumentos financeiros e riscos operacionais.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Notas Explicativas

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

(ii) Controladas e controladas em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle (total ou compartilhado), se inicia até a data em que deixa de existir.

Operações controladas em conjunto são operações onde as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado em cada período apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços (“Comercialização”); e (iv) outros, basicamente correspondendo a serviços corporativos e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

Notas Explicativas

2.7 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e controladas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e EPASA que são consolidadas proporcionalmente, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 30 de setembro de 2011, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e na CPFL Renováveis.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e nas normas IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Notas Explicativas

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do período nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5), (ii) títulos e valores mobiliários (nota 7) e (iii) derivativos (nota 32).

- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia classificou nesta categoria o título recebível com a CESP (nota 7).

- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6) e, (ii) outros créditos (nota 11).

- iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte da receita operacional líquida, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O resultado acumulado em reserva de avaliação patrimonial é transferido para o resultado do período no momento da realização do ativo.

A Companhia e suas controladas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou

Notas Explicativas

determinável, pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dada a outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão (nota 4).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos (nota 32).

- ii. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (v) debêntures (nota 17); (vi) uso do bem público (nota 22); e (vii) outras contas a pagar (nota 23).

A Companhia realiza o registro contábil de garantias quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia é concedida em um percentual maior que o de sua participação. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira ao mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou linearmente contra despesa financeira pelo prazo da garantia.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos:

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Notas Explicativas

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados ao ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço há longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais nas controladas CPFL Geração e CPFL Sul Centrais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Para as geradoras sujeitas à regulamentação do Decreto 2003 de 1996 (controlada CERAN e as controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó), os ativos estão sendo

Notas Explicativas

depreciados pelas taxas estabelecidas pelo órgão regulador, desde que não ultrapassem o prazo da concessão.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios e direito de exploração de concessões, software e servidão.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente à aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído ao valor contábil do investimento, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão.
- ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

- iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta

Notas Explicativas

obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- **Custo amortizado:** pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- **Disponíveis para venda:** pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do impairment são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos

Notas Explicativas

menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificado um problema de realização, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, anualmente também é realizada uma análise para possível reversão do impairment.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 – Benefícios a Empregados, sendo consideradas Patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, tem as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes através do método da unidade de crédito projetada. As controladas utilizam-se do corredor para evitar que oscilações nas condições macroeconômicas distorçam o resultado do período. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e ativo dos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado do exercício pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Notas Explicativas

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada ("preço fixo"), sendo as perdas reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágio incorporados, os

Notas Explicativas

quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

3.13 Ativos e passivos regulatórios

Em consonância com o entendimento preliminar do IASB/CPC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras das controladas de distribuição por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras no momento do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou valorizados através de modelo de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição.

Notas Explicativas

A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos de acordo com cada concessionária, consiste na reavaliação ao preço de mercado da infraestrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Apesar da metodologia e critérios de avaliação da indenização no momento da reversão dos ativos ainda não ter sido definida pela União, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de precificação das tarifas. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de Reajuste Tarifário.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldos bancários	5.851	4.700	52.670	361.749
Aplicações financeiras	555.522	106.258	4.221.949	1.201.148
Total	561.373	110.958	4.274.619	1.562.897

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2011	31/12/2010
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	338.694	220.323	24.788	583.817	502.539
Industrial	156.386	49.505	42.236	248.127	232.943
Comercial	125.971	42.557	14.878	183.406	169.955
Rural	37.099	6.434	1.572	45.105	39.094
Poder público	30.198	6.014	869	37.081	32.614
Iluminação pública	28.731	3.056	13.314	45.101	41.749
Serviço público	38.014	7.848	938	46.800	40.055
Faturado	755.093	335.737	98.595	1.189.437	1.058.949
Não faturado	434.284	-	-	434.284	465.077
Parcelamento de débito de consumidores	79.223	8.518	32.464	120.205	112.141
Energia livre	3.853	-	-	3.853	3.727
Operações realizadas na CCEE	12.609	-	-	12.609	23.932
Concessionárias e permissionárias	188.216	-	-	188.216	193.852
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(93.358)	(93.358)	(80.692)
Outros	10.040	-	-	10.028	39.086
Total	1.483.318	344.255	37.701	1.865.275	1.816.073
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	145.384	-	-	145.384	154.436
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
Total	186.685	-	-	186.685	195.738

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	(80.692)
Provisão constituída	(78.199)
Recuperação de receita	26.258
Baixa de contas a receber provisionadas	39.274
Saldo em 30/09/2011	(93.358)

(7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, a Companhia adquiriu em 2005 o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo ("CESP") (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Companhia à CESP será liquidado pela CPFL Brasil com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa.

Na controladora, em 30 de setembro de 2011, o saldo no ativo circulante é de R\$ 44.744 (R\$ 42.533 em 31 de dezembro de 2010), e no ativo não circulante é de R\$ 12.679 (R\$ 39.216 em 31 de dezembro de 2010). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	167	379	3.138	1.425
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	438	872	5.961	2.791
IRRF s/ JCP	15.657	30.039	15.964	30.347
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.787	761	24.028	11.449
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.964	2.870	56.812	40.804
ICMS a compensar	-	-	71.898	72.999
Programa de integração social - PIS	-	-	5.738	3.801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42	42	21.887	13.437
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	2.229	2.230
Outros	26	26	1.004	13.736
Total	28.083	34.992	208.659	193.020
Não Circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	35.399	32.390
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	1.001	1.001
ICMS a compensar	-	-	108.205	101.380
Programa de integração social - PIS	2.787	2.787	5.979	2.855
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	14.389	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	1.339	-
Outros	-	-	74	1.340
Total	2.787	2.787	166.385	138.966

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Crédito/(Débito) de contribuição social				
Bases negativas	41.353	42.715	45.828	51.806
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	158.721	172.256
Diferenças temporariamente indedutíveis	783	724	(114.874)	(12.416)
Subtotal	42.136	43.440	89.675	211.646
Crédito/(Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	124.540	129.690	136.569	143.866
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	539.447	583.724
Diferenças temporariamente indedutíveis	4.481	4.599	(312.986)	(33.620)
Subtotal	129.021	134.289	363.031	693.969
Crédito/(Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(7.617)	78
Total	171.157	177.729	445.088	905.693
Total crédito fiscal	171.157	177.729	1.096.980	1.183.460
Total débito fiscal	-	-	(651.892)	(277.767)

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99

Notas Explicativas

e nº 349/01 e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado			
	30/09/2011		31/12/2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	87.927	244.243	94.584	262.734
CPFL Piratininga	19.872	68.189	21.274	73.002
RGE	38.565	159.264	41.117	169.805
CPFL Santa Cruz	3.835	12.059	4.705	14.794
CPFL Leste Paulista	2.173	6.613	2.622	7.986
CPFL Sul Paulista	3.150	9.827	3.767	11.758
CPFL Jaguari	1.885	5.718	2.305	7.002
CPFL Mococa	1.205	3.744	1.456	4.527
CPFL Geração	-	28.844	-	30.877
CPFL Serviços	109	947	425	1.239
Total	158.721	539.447	172.256	583.724

9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	30/09/2011			31/12/2010		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para contingências	19.254	53.966	-	18.908	52.809	-
Entidade de previdência privada	2.426	7.734	-	3.051	9.473	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.883	21.935	-	6.895	19.155	-
Provisão energia livre	4.206	11.686	-	3.730	10.362	-
Programas de P&D e eficiência energética	13.361	37.115	-	14.611	40.579	-
Provisões relacionada a pessoal	3.842	10.663	-	2.338	7.160	-
Diferença de taxas de depreciação - reavaliação	8.553	23.758	-	9.305	25.846	-
Instrumentos financeiros (IFRS / CPC)	454	1.261	-	448	1.245	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(2.317)	(6.435)	-	(2.475)	(6.878)	-
Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS / CPC)	(9.589)	(26.632)	(10.845)	(1.077)	(3.030)	(1.399)
Perdas atuariais na transição de práticas contábeis (IFRS/CPC)	26.410	73.504	-	26.718	74.215	-
Outros ajustes mudanças de práticas	12.800	35.483	-	9.673	26.868	-
Combinação de negócios CPFL Renováveis (nota 12.4)	(100.219)	(278.387)	-	-	-	-
Outros	7.728	25.475	3.227	3.941	9.903	1.477
Diferenças temporariamente indedutíveis - Reserva de avaliação patrimonial						
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(29.171)	(80.517)	-	(25.337)	(70.388)	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(80.494)	(223.596)	-	(83.145)	(230.939)	-
Total	(114.874)	(312.986)	(7.617)	(12.416)	(33.620)	78

9.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010:

Notas Explicativas

	Controladora							
	CSLL				IRPJ			
	2011		2010		2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	369.609	1.138.265	341.994	1.204.111	369.609	1.138.265	341.994	1.204.111
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:								
Equivalência patrimonial	(402.406)	(1.279.552)	(383.620)	(1.341.540)	(402.406)	(1.279.552)	(383.620)	(1.341.540)
Amortização de intangível adquirido	28.641	85.922	28.945	86.836	36.297	108.892	36.255	108.495
Receita juros sobre o capital próprio	-	101.560	-	98.669	-	101.560	-	98.669
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	690	701	(172)	400	1.310	1.346	3.807	2.976
Base de cálculo	(3.466)	46.896	(12.853)	48.476	4.811	70.511	(1.564)	72.711
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%	25%	25%	25%	25%
Débito fiscal apurado	312	(4.221)	1.157	(4.363)	(1.203)	(17.628)	391	(18.178)
Crédito fiscal constituído/(não constituído)	-	-	-	-	-	12	606	606
Total	312	(4.221)	1.157	(4.363)	(1.203)	(17.615)	997	(17.572)
Corrente	260	(2.918)	499	(3.862)	(775)	(12.347)	(203)	(14.647)
Diferido	52	(1.303)	658	(501)	(427)	(5.268)	1.200	(2.925)

	Consolidado							
	CSLL				IRPJ			
	2011		2010		2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	577.268	1.755.159	548.899	1.868.551	577.268	1.755.159	548.899	1.868.551
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:								
Amortização de intangível adquirido	28.778	86.059	28.945	86.836	36.735	109.937	36.478	109.164
Realização CMC	2.514	7.670	2.449	8.590	-	-	-	-
Efeito regime lucro presumido	(20.475)	(34.687)	(12.490)	(21.312)	(24.104)	(40.482)	(14.176)	(24.792)
Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	121	135	-	-	121	541	-	-
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	294	3.289	4.840	4.438	(8.863)	(15.666)	(752)	(19.081)
Base de cálculo	588.498	1.817.623	572.643	1.947.103	581.157	1.809.488	570.449	1.933.842
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%	25%	25%	25%	25%
Débito fiscal apurado	(52.965)	(163.586)	(51.538)	(175.239)	(145.289)	(452.372)	(142.612)	(483.461)
Crédito fiscal constituído/(não constituído)	(1)	(62)	(1.103)	(3.077)	52	(116)	(2.865)	(8.360)
Total	(52.966)	(163.648)	(52.641)	(178.316)	(145.237)	(452.488)	(145.477)	(491.821)
Corrente	(52.181)	(147.416)	(53.610)	(156.746)	(142.841)	(408.874)	(150.069)	(435.890)
Diferido	(785)	(16.232)	969	(21.570)	(2.396)	(43.614)	4.592	(55.931)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	934.646
Adições	258.186
Ajustes ao valor de mercado	41.470
Baixas	(416)
Saldo em 30/09/2011	1.233.886

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de energia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração do ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento dos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. A diferença para ajustar o saldo ao respectivo valor justo é registrada como contrapartida na conta de reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(11) OUTROS CRÉDITOS

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Créditos a receber - Acionistas BAESA	4.582	17.155	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP	15.158	7.995	-	-
Adiantamento - Fornecedores	22.908	16.677	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	37.198	2.107	95.784	89.050
Fundo vinculado empréstimo ME	-	-	24.185	21.222
Ordens em curso	134.025	50.860	-	-
Reembolso RGR	4.889	5.683	1.909	1.909
Contratos de pré-compra de energia	40.269	15.817	55.705	65.786
Convênios de arrecadação	40.325	48.228	-	-
Despesas antecipadas	28.030	29.550	1.644	2.722
Outros	117.152	59.739	38.704	41.412
Total	444.535	253.812	217.932	222.100

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controladora	4.977.851	4.764.698
Mais valia de ativos, líquidos	1.287.428	1.396.320
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054
Total	6.271.333	6.167.072

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de ações	30/09/2011	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
		Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Paulista	144.378	447.510	729.048	808.682	447.510	545.265
CPFL Piratininga	53.031.259	248.272	326.802	396.907	248.272	221.130
CPFL Santa Cruz	371.772	23.675	108.000	101.759	23.675	14.838
CPFL Leste Paulista	895.733	10.142	64.591	66.912	10.142	11.529
CPFL Sul Paulista	463.482	13.266	60.383	62.467	13.266	11.146
CPFL Jaguarí	212.126	10.661	41.199	43.433	10.661	8.210
CPFL Mococa	121.761	5.423	36.140	36.691	5.423	6.719
RGE	807.168	176.350	1.198.304	1.186.849	176.350	189.808
CPFL Geração	205.487.716	210.525	2.312.943	1.908.873	210.525	164.267
CPFL Jaguarí Geração	40.108	6.922	44.330	46.334	6.922	5.622
CPFL Brasil	2.999	110.066	40.080	94.234	110.066	153.851
CPFL Planalto	630	10.387	4.475	6.353	10.387	8.300
CPFL Serviços	1.482.334	4.454	8.758	4.304	4.454	1.116
CPFL Atende (*)	1	1.060	305	(755)	1.060	101
Chumpitaz	100	927	927	-	927	(250)
CPFL Jaguariuna	189.620	(88)	1.566	1.654	(88)	(112)
Total			4.977.851	4.764.698	1.279.552	1.341.540

(*) Quantidade de cotas

12.2 – Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão, adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos que estão suportados pela perspectiva de rentabilidade futura.

Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível.

12.3 – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) a receber:

Controlada	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
CPFL Paulista	-	237.000
CPFL Santa Cruz	-	12.000
CPFL Sul Paulista	8.126	-
CPFL Jaguarí	7.682	-
RGE	106.457	-
CPFL Geração	-	85.000
CPFL Brasil	-	75.000
CPFL Serviços	3.648	3.648
	<u>125.913</u>	<u>412.648</u>

Após deliberação da AGO/AGE, a Companhia registrou no primeiro semestre R\$ 604.450 a título de dividendo e juros sobre o capital próprio a receber de 2010.

Adicionalmente, as controladas declararam no período R\$ 101.560 (R\$ 86.326 líquido de imposto de renda retido na fonte) como JCP intermediários e R\$ 714.892 como dividendos intermediários, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2011. Em função da aprovação pelo Conselho de Administração em junho e agosto de 2011, respectivamente, estes montantes foram registrados como contas a receber de acordo com item 3.9.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.692.402 foram pagos pelas controladas para a Companhia.

12.4 Combinação de negócios (CPFL Renováveis)

A criação da CPFL Renováveis deu-se por meio da incorporação da então controlada indireta SMITA pela ERSa, através da reestruturação societária descrita na nota 1.1, seguindo os termos e condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias cujo Fato Relevante foi divulgado em 23 de agosto de 2011.

Em consequência desta incorporação, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis teve um aumento de R\$ 980.827, sendo R\$ 596.631 pelo acervo líquido da SMITA apurado a valor contábil na data base de 31 de julho de 2011, e R\$ 384.196 através de aporte de capital efetuado pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil.

A relação de substituição entre as ações da ERSa e as ações da SMITA, para fins da incorporação, tomou por base o valor econômico da ERSa e da SMITA e foi livremente negociada, acordada e pactuada entre partes independentes e reflete, de forma adequada, a melhor avaliação de ambas as entidades.

A ERSa emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSa anteriormente existentes.

A CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 54,50% da CPFL Renováveis, assumindo seu controle em 1º de agosto de 2011, passando a consolidar integralmente esta controlada a partir desta data.

Notas Explicativas

Esta associação resultou em uma combinação de negócios, de acordo com o CPC 15, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da CPFL Renováveis. O valor da contraprestação transferida nesta operação foi de R\$ 1.419.106. Na essência contábil, em função de ter sido a Companhia quem adquiriu o controle, apesar de ser a ERSA (adquirida contábil) a empresa incorporadora, esta operação refletiu em uma aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da ERSA foram avaliados a valor de mercado. O respectivo laudo de avaliação, realizado por especialistas, gerou o registro na CPFL Renováveis de uma mais valia atribuída ao intangível de concessão no montante de R\$ 533.757, líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 378.606 (nota 9.3) em contrapartida à conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido (nota 14).

Na Companhia, em função de sua participação societária, foi registrado em Investimentos o montante de R\$ 290.898, em contrapartida à conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Nas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil o efeito registrado em seus respectivos investimentos foram de R\$ 232.975 e R\$ 57.922, respectivamente.

Também em função da combinação de negócios, considerando que a relação de troca das participações das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil na CPFL Renováveis foram definidas pelo seu valor econômico, para que seus investimentos refletissem adequadamente a participação na CPFL Renováveis houve um complemento de R\$ 36.239 na reserva registrada pela Companhia (aumento de R\$ 86.280 na controlada CPFL Geração e redução de R\$ 50.041 na controlada CPFL Brasil). Desta forma, o valor líquido registrado na reserva reflexa oriunda da combinação de negócios foi de R\$ 327.134, que será amortizado com base no prazo de concessão da CPFL Renováveis. (nota 24.4)

Os ativos e passivos a valores justos da Ersa identificados no laudo estão apresentados a seguir:

Laudo a valores justos (ERSA - 31/07/2011)	Valores contábeis (R\$ mil)	Valores justos (R\$ mil)
Ativo circulante	100.701	100.701
Ativo não circulante	801.979	1.335.771
Passivo circulante	(12.696)	(12.696)
Passivo não circulante	(4.635)	(4.670)
Patrimônio líquido	(885.349)	(1.419.106)
Intangível de concessão		533.757

A receita líquida, resultado do serviço (negativo) e prejuízo líquido da adquirida (Ersa), a partir da data de aquisição, foram integralmente consolidados na CPFL Renováveis e correspondem a R\$ 25.167, R\$ 894 e R\$ 3.362, respectivamente.

Adicionalmente, a receita líquida, resultado do serviço e lucro líquido da CPFL Renováveis, caso a data de aquisição tivesse sido 1º de janeiro de 2011, seriam de R\$ 193.092, R\$ 75.279 e R\$ 50.750 respectivamente.

O valor da participação de não controladores na CPFL Renováveis na data da aquisição era de R\$ 1.091.969 representando a participação de 45,5% no patrimônio líquido da CPFL Renováveis.

Conforme previsto no CPC 15, a contabilização desta combinação de negócios encontra-se no período de mensuração. Na hipótese de existir algum fator que, na avaliação da Companhia, implique em ajustes na operação, estes serão realizados retroativamente à data da efetivação da operação.

Notas Explicativas

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e	Edificações, obras civis e	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2010	180.382	1.533.696	1.354.882	1.916.219	3.695	12.940	784.650	5.786.465
Custo histórico	182.772	1.814.135	1.674.388	2.655.031	7.885	16.442	784.650	7.135.303
Depreciação acumulada	(2.390)	(280.439)	(319.506)	(738.812)	(4.190)	(3.502)	-	(1.348.838)
Adições	1.652	2.889	1.664	835	378	155	412.351	419.924
Baixas	(8)	(311)	-	(2.727)	(334)	8	-	(3.372)
Transferências	(23.968)	69.027	30.615	464.014	373	1.437	(541.499)	-
Transferências - Outros Ativos	-	-	64	10.301	-	-	(17.525)	(7.160)
Depreciação	(1.113)	(49.536)	(40.156)	(76.968)	(790)	(1.269)	-	(169.832)
Reestruturação Societária	25.538	-	606.144	285.285	165	751	38.564	956.447
Saldo em 30/09/2011	182.483	1.555.765	1.953.212	2.596.959	3.487	14.023	676.542	6.982.472
Custo histórico	185.986	1.885.739	2.322.818	3.434.368	8.467	19.023	676.542	8.532.942
Depreciação acumulada	(3.503)	(329.974)	(369.605)	(837.409)	(4.979)	(5.000)	-	(1.550.470)
Taxa média de depreciação		2,39%	4,23%	4,54%	20,00%	10,00%	-	

Conforme mencionado no item 3.4, determinados ativos foram avaliados na data de transição pelo custo atribuído (“*deemed cost*”), enquanto que outros (ativos das usinas recentemente construídas) estão registrados ao custo de aquisição, que, na avaliação da Administração, estão próximos dos respectivos valores de mercado. Os ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A mais valia no montante de R\$ 1.002.991 foi apurada para a data-base 1º de janeiro de 2009 e registrada no patrimônio líquido na conta de reserva de avaliação patrimonial.

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotada vide nota 29.

Em função da reestruturação societária da CPFL Renováveis, em 1º de agosto de 2011, os ativos imobilizados no montante de R\$ 956.447, pertencentes anteriormente à ERSA, foram incorporados e passaram a ser consolidados na CPFL Renováveis.

(14) INTANGÍVEL

Notas Explicativas

	Consolidado			
		30/09/2011		31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ágio	6.054	-	6.054	6.054
Direito de concessões				
Adquirido em combinação de negócios	4.918.442	(1.835.193)	3.083.250	2.041.944
Infraestrutura de distribuição - em serviço	8.729.318	(5.222.839)	3.506.479	3.335.775
Infraestrutura de distribuição - em curso	682.508	-	682.508	694.139
Uso do bem público	407.286	(20.863)	386.424	397.984
Outro ativos intangíveis	158.951	(64.602)	94.349	108.978
Total de ativos intangíveis	14.902.560	(7.143.496)	7.759.064	6.584.874
Custo histórico			14.902.560	13.228.307
Amortização acumulada			(7.143.496)	(6.643.433)
			7.759.064	6.584.874

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar a concessão, adquirido em combinações de negócios está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Custo Histórico	30/09/2011		31/12/2010	Taxa de amortização	
		Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	2011	2010
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
Controladora						
CPFL Paulista	304.861	(115.293)	189.568	204.045	6,33%	6,53%
CPFL Piratininga	39.065	(14.216)	24.849	26.603	5,99%	6,19%
RGE	3.150	(751)	2.399	2.560	6,81%	6,53%
CPFL Geração	54.555	(20.127)	34.428	36.733	5,63%	5,80%
CPFL Santa Cruz	9	(3)	7	8	21,17%	14,10%
CPFL Leste Paulista	3.333	(953)	2.381	2.887	20,30%	13,39%
CPFL Sul Paulista	7.288	(1.970)	5.319	6.356	18,98%	12,79%
CPFL Jaguari	5.213	(1.597)	3.616	4.503	22,68%	13,62%
CPFL Mococa	9.110	(2.626)	6.484	7.841	19,87%	13,92%
CPFL Jaguari Geração	7.896	(958)	6.938	7.422	8,17%	6,00%
	<u>434.480</u>	<u>(158.493)</u>	<u>275.987</u>	<u>298.957</u>		
Controladas						
ENERCAN	10.233	(2.847)	7.386	7.916	6,90%	6,93%
Barra Grande	3.081	(1.150)	1.931	2.069	5,98%	5,93%
Chapecoense	7.376	(225)	7.150	7.376	4,08%	0,00%
EPASA	499	(14)	484	499	3,85%	0,00%
Parque eólico Santa Clara	-	-	-	31.737	-	0,00%
Parque eólico Campo dos Ventos	-	-	-	5.576	-	0,00%
CPFL Renováveis	1.220.780	(4.123)	1.216.657	-	4,45%	-
Outros	14.478	(11.771)	2.707	3.248	4,99%	4,99%
	<u>1.256.446</u>	<u>(20.130)</u>	<u>1.236.315</u>	<u>58.421</u>		
Subtotal	1.690.926	(178.623)	1.512.302	357.379		
Intangível adquirido já incorporado - dedutível						
Controladas						
RGE	1.120.266	(753.658)	366.609	380.711	1,68%	1,69%
CPFL Geração	426.450	(233.552)	192.898	206.491	4,25%	3,92%
Subtotal	1.546.716	(987.210)	559.506	587.202		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Controladora						
CPFL Paulista	1.074.026	(461.869)	612.157	658.503	5,75%	5,93%
CPFL Piratininga	115.762	(42.126)	73.635	78.834	5,99%	6,19%
RGE	310.128	(82.133)	227.994	243.296	6,58%	6,30%
CPFL Santa Cruz	61.685	(34.967)	26.718	32.778	13,10%	13,07%
CPFL Leste Paulista	27.034	(11.690)	15.343	18.507	15,59%	15,46%
CPFL Sul Paulista	38.168	(16.172)	21.996	26.312	15,16%	15,17%
CPFL Mococa	15.124	(6.702)	8.422	10.174	15,34%	15,87%
CPFL Jaguari	23.600	(10.260)	13.340	16.300	16,72%	15,75%
CPFL Jaguari Geração	15.275	(3.441)	11.834	12.659	7,20%	7,94%
Subtotal	1.680.801	(669.360)	1.011.441	1.097.363		
Total	4.918.442	(1.835.193)	3.083.250	2.041.944		

14.2 Movimentação do ativo intangível:

A movimentação do ativo intangível para o período findo em 30 de setembro de 2011 é como segue:

	Consolidado							
	Ágio	Direito de concessão					Outros ativos intangíveis	TOTAL
		Adquirido em combinações de negócios	Uso do bem público	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso			
Saldo em 31/12/2010	6.054	2.041.944	397.984	3.335.775	694.139	108.978	6.584.874	
Adições	-	35.777	-	15.526	752.656	5.906	809.865	
Amortização	-	(138.847)	(11.561)	(284.685)	-	(10.582)	(445.675)	
Transferência - intangíveis	-	-	-	441.485	(441.485)	-	-	
Transferência - ativo financeiro	-	-	-	-	(258.186)	-	(258.186)	
Transferência - Outros Ativos	-	-	-	(1.621)	(64.616)	(9.953)	(76.190)	
Reestruturação Societária	-	1.144.376	-	-	-	-	1.144.376	
Saldo em 30/09/2011	6.054	3.083.250	386.424	3.506.479	682.508	94.349	7.759.064	

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, do total de intangível adquirido em combinação de negócios, R\$ 1.144.376 foram adicionados no contexto da reestruturação societária da CPFL Renováveis, (nota 12.4). Deste montante, R\$ 912.363 foram gerados em função da aquisição reversa e R\$ 232.013 referem-se a saldos já existentes na adquirida em 31 de julho de 2011. As adições no montante de R\$ 35.777 referem-se a aquisições de negócios ocorridas a partir de 1º de agosto na CPFL Renováveis.

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e a taxa de juros adotada vide nota 29.

(15) FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	36.396	32.406
Suprimento de energia elétrica	679.481	584.018
Encargos de uso da rede elétrica	167.603	160.099
Materiais e serviços	196.559	199.264
Energia Livre	76.390	70.262
Outros	40.935	1.335
Total	1.197.365	1.047.385

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	30/09/2011				31/12/2010			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total
Circulante		Não Circulante	Circulante			Não Circulante		
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
BNDES - Repotenciação	35	3.690	5.725	9.450	55	5.040	8.498	13.593
BNDES - Investimento	15.172	465.111	3.325.693	3.805.976	8.494	329.993	3.016.364	3.354.851
BNDES - Bens de renda	29	2.077	4.633	6.740	46	2.002	4.737	6.785
BNDES - Capital de giro	765	111.129	64.710	176.603	983	70.121	141.677	212.781
Instituições financeiras	122.907	244.971	1.465.861	1.833.739	50.269	144.624	1.255.312	1.450.205
Outros	793	25.066	51.926	77.785	594	23.337	34.477	58.408
Subtotal	139.702	852.044	4.918.548	5.910.293	60.440	575.117	4.461.065	5.096.622
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	1.011	4.174	43.265	48.450	432	3.751	40.750	44.932
Total ao custo	140.712	856.218	4.961.813	5.958.743	60.872	578.867	4.501.815	5.141.554
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	23.261	500.189	1.641.684	2.165.134	8.799	-	416.027	424.827
Total ao valor justo	23.261	500.189	1.641.684	2.165.134	8.799	-	416.027	424.827
Total	163.973	1.356.407	6.603.497	8.123.877	69.671	578.867	4.917.843	5.566.381

Notas Explicativas

Mensuradas ao custo Moeda Nacional	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	30/09/2011	31/12/2010			
BNDES - Repotenciação					
CPFL Geração	-	13.593	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
CPFL Renováveis	9.450	-	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 a julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e Nota Promissória
BNDES/BNB - Investimento					
CPFL Paulista - FINEM III	60.518	80.711	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
CPFL Paulista - FINEM IV	208.413	256.572	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	99.538	98.051	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	35.202	35.135	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINAME	50.716	36.067	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - FINEM II	35.950	47.945	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
CPFL Piratininga - FINEM III	86.870	106.944	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	55.923	55.099	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	13.096	13.081	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINAME	30.176	22.905	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE - FINEM III	28.028	44.858	TJLP + 5,0%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008 a dezembro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM IV	132.666	163.321	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 a dezembro de 2014	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	60.917	59.967	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012 a dezembro de 2018	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	9.742	9.710	Pré fixado 5,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013 a janeiro de 2021	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINAME	13.724	4.857	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a dezembro de 2019	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	8.624	10.483	TJLP + 2,00% a 2,90%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Mococa	4.562	5.475	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Jaguarí	4.005	4.825	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Leste Paulista	5.846	3.261	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Sul Paulista	6.331	4.735	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Geração	-	74.531	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança CPFL Energia
BAESA	108.547	120.347	TJLP + 3,125% a 4,125%	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	23.628	24.244	UMBND + 3,125% (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	249.018	273.992	TJLP + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENERCAN	16.149	15.932	UMBND + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	520.352	557.451	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	55.244	53.845	UMBND + 3,69% a 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	1.060.644	996.013	TJLP + 2,49% a 2,95%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	-	39.512	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
CPFL Bioenergia - FINAME	-	39.369	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
CPFL Renováveis - FINEM I	420.428	-	TJLP 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 a julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
CPFL Renováveis - FINEM II	39.659	-	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
CPFL Renováveis - FINEM III	194.185	-	TJLP + 1,72% a 1,9%	156 a 192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
CPFL Renováveis - FINEM III	5.808	-	TJLP + 3,5%	46 parcelas mensais a partir de abril de 2011	Fiança da CPFL Energia, penhor de direitos creditórios e reserva de meios de pagamento
CPFL Renováveis - FINAME	122.938	-	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2012	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
CPFL Renováveis - FINAME	38.530	-	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
BNDES - Outros					
CPFL Brasil - Bens de Renda	4.165	6.785	TJLP + de 1,94% a 2,84%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
CPFL Brasil - Bens de Renda	2.574	-	pré fixado de 4,5% a 8,70%	96 parcelas mensais a partir de março de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - Capital de Giro	92.051	105.652	TJLP + 5,0% (3)	24 parcelas mensais a partir de fevereiro e outubro de 2011	Não existem garantias
CPFL Geração - FINEM - Capital de Giro	49.076	53.232	TJLP + 4,95%	24 parcelas mensais a partir de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração - FINAME - Capital de Giro	35.476	53.896	TJLP + 4,95% (2)	23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil	108.620	104.890	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	217.993	199.622	98,50% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	156.163	-	99,00% do CDI	02 parcelas anuais a partir de março de 2013.	Aval da CPFL Energia S.A.
CPFL Piratininga					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	20.049	18.360	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	20.092	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
RGE					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	258.737	236.830	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	57.771	-	99,0% do CDI	02 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil					
CPFL Santa Cruz					
HSBC	-	45.206	CDI + 1,10%	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	17.853	16.337	98,50% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	7.099	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	11.046	10.109	98,50% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	9.786	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	18.355	16.798	98,50% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	18.249	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	9.262	8.476	98,50% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	3.124	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia

Notas Explicativas

CPFL Jaguari						
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	1.953	1.786	98,50% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012		Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	6.142	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013		Aval da CPFL Energia
CPFL Geração						
Banco Itaú BBA	-	103.371	106,0% do CDI	Parcela única em fevereiro de 2014		Fiança CPFL Energia
Banco do Brasil	649.740	627.432	107,0% do CDI	Parcela única em abril de 2015		Fiança CPFL Energia
CERAN						
Banco Bradesco	23.287	22.439	CDI + 1,75%	Parcela única em abril de 2012		Não existem garantias
Foz do Chapecó						
Banco Alfa	25.377	-	111,45% do CDI	parcela única em janeiro de 2012		Não existem garantias
CPFL Renováveis						
Banco Safra	55.762	-	CDI+ 0,4%	parcela anual até 2014		Não existem garantias
Banco Safra	41.600	-	CDI + 0,4%	parcela anual até 2014		Não existem garantias
Epasa						
EPASA - BNB	95.679	95.613	Pré fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013		Fiança bancária e fundo de liquidez em conta reserva.
Outros						
Eletrobrás						
CPFL Paulista	9.200	10.358	RGR + 6,0% a 6,5%	Parcelas mensais até dezembro de 2022		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	728	925	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016		Receíveis e Notas Promissórias
RGE	16.531	18.097	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	3.460	3.947	RGR + 6%	Parcelas mensais até abril de 2018		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	1.002	1.096	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	1.660	1.837	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2018		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	96	109	RGR + 6%	Parcelas mensais até maio de 2017		Receíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	387	415	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022		Receíveis e Notas Promissórias
Outros	10.750	21.624				
CPFL Paulista - Banco do Brasil - Lei 8727	28.911	34.874	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994		Arrecadação de recebíveis
CPFL Brasil - FINEP	5.059	3.675	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011		Receíveis
Subtotal Moeda Nacional - Custo	5.910.293	5.096.622				
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista (5)						
Debt Conversion Bond	2.222	2.982	US\$ + Libor 6 meses + 0,875%	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004		Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	6.129	6.298	US\$ + 8%	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004		Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	16.277	14.570	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125%	Parcela única em abril de 2024		Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	23.822	21.082	US\$ + 6%	Parcela única em abril de 2024		Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	48.450	44.932				
Total Mensurados ao Custo	5.958.743	5.141.554				
Moeda Estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco ABN AMRO Real	516.106	424.827	Yen +1,49% (6)	Parcela única em janeiro de 2012		Não existem garantias
BNP Paribas	189.191	-	US\$ + 2,78% (3)	Parcela única em junho 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P.Morgan	92.148	-	US\$ + 2,74% (3)	Parcela única em julho/2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P.Morgan	91.377	-	US\$ + 2,55% (4)	Parcela única em agosto/2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	91.993	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em setembro 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America	190.139	-	US\$ + 3,69 % (6)	Parcela única em julho 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America	272.780	-	US\$ + 2,33% (7)	Parcela única em julho 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Societe Generale	40.712	-	US\$ + 3,55% (4)	Parcela única em agosto 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	92.074	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,77% (3)	Parcela única em setembro 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSCB	43.473	-	US\$ + Libor 6 meses + 2,37%(3)	Parcela única em setembro 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Piratininga						
BNP Paribas	55.048	-	USD + 2,62% (3)	Parcela única em julho de 2014		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
J.P.Morgan	182.570	-	USD + 2,52% (3)	Parcela única em agosto de 2014		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Societe Generale	53.420	-	USD + 3,55% (4)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Citibank	14.686	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,69%(3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Sumitomo	91.682	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,75%(3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CPFL Geração						
Citibank	114.749	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,69%(3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CPFL Leste Paulista						
Citibank - Lei 4131	8.698	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,52%(3)	Parcela única em setembro de 2014		Nota promissória e aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista						
Citibank - Lei 4131	8.698	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,52%(3)	Parcela única em setembro de 2014		Nota promissória e aval da CPFL Energia
CPFL Jaguari						
Citibank - Lei 4131	7.977	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,57%(3)	Parcela única em agosto de 2014		Nota promissória e aval da CPFL Energia
CPFL Mococa						
Citibank - Lei 4131	7.612	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,52%(3)	Parcela única em setembro de 2014		Nota promissória e aval da CPFL Energia
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	2.165.133	424.827				
Total Consolidado	8.123.877	5.566.381				

Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 139,3% do CDI (3) 95,50% a 106,5% do CDI
 (2) 106,3% do CDI (4) 106,85% do CDI
 (5) Dada a existência de ativos indexados em dólar (nota 10), consta um swap parcial no montante de R\$ 24.268 convertendo a variação da moeda para 105,95% do CDI
 (6) 104,98% do CDI (7) 96,85% do CDI a. a.

(*) Taxa efetiva:
 CPFL Paulista e CPFL Piratininga - 98,5% CDI + 2,88%
 RGE - 98,5% do CDI + 2,5% a. a.
 CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari - 98,5% CDI + 0,4% (fee) + 1,88% (IOF)

(**) Taxa Efetiva:
 CPFL Paulista e CPFL Piratininga - 99,0% do CDI + 0,5%
 RGE - 99,9% do CDI + 2,38% a. a.
 CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari - 99,0% CDI + 1,0 (fee) + 1,88% (IOF)

Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

No período, as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí captaram dívida em moeda estrangeira para capital de giro e as designaram, no momento do reconhecimento, como passivo financeiro mensurado ao valor justo.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2011, o saldo da dívida designada ao valor justo e o valor correspondente ao custo amortizado são como segue:

Moeda estrangeira	30/09/2011				Valor justo (contábil)
	Encargos - circulante e não circulante	Valor a custo			
		Circulante	Não circulante	Total	
Mensuradas ao valor justo					
CPFL Paulista					
ABN AMRO Real	15.917	494.307	-	510.224	516.106
BNP Paribas	1.231	-	191.061	192.293	189.191
J.P.Morgan	586	-	93.306	93.892	92.148
J.P.Morgan	387	-	93.107	93.494	91.377
Morgan Stanley	64	-	92.784	92.849	91.993
Bank of America	1.422	-	186.942	188.364	190.060
Bank of America	1.502	-	279.582	281.084	272.859
Societe Generale	237	-	40.339	40.576	40.712
Citibank	53	-	92.773	92.826	92.074
HSBC	26	-	44.532	44.558	43.473
	21.427	494.307	1.114.426	1.630.160	1.619.993
CPFL Piratininga					
BNP Paribas	259	-	55.632	55.891	55.048
J.P.Morgan	766	-	185.440	186.206	182.570
Societe Generale	312	-	52.619	52.931	53.420
Citibank	31	-	14.835	14.866	14.686
Sumitomo	178	-	92.325	92.503	91.682
	1.546	-	400.851	402.397	397.406
CPFL Geração					
Citibank	250	-	115.900	116.150	114.749
CPFL Sul Paulista					
Citibank	7	-	8.837	8.844	8.698
CPFL Leste Paulista					
Citibank	7	-	8.837	8.844	8.698
CPFL Mococa					
Citibank	7	-	7.732	7.739	7.612
CPFL Jaguarí					
Citibank	16	-	8.085	8.101	7.977
	23.260	494.307	1.664.668	2.182.235	2.165.133

As variações dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro das controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 17.102 (R\$ 4.965 em 31 de dezembro de 2010) estão sendo compensados pelos efeitos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 17.854 (R\$ 7.607 em 31 de dezembro de 2010), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), gerando uma perda líquida de R\$ 752 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2010).

Principais captações no período:

Moeda Nacional

Notas Explicativas

BNDES – Investimento:

FINEM V (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 291.043 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Em 2011, até 30 de setembro, não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 157.971 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, durante o período de amortização.

FINAME (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 92.183, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2011, até 30 de setembro, a controlada recebeu o montante de R\$ 14.609 e o saldo remanescente de R\$ 41.560 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

FINEM IV (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 165.621, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e para o ano de 2011. Em 2011, até 30 de setembro, não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 97.501 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, durante o período de amortização.

FINAME (CPFL Piratininga) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 48.116, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2011, até 30 de setembro, a controlada recebeu o montante de R\$ 7.261 e o saldo remanescente de R\$ 17.996 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

FINAME (RGE) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 32.419, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2011, até 30 de setembro, a controlada recebeu o montante de R\$ 5.223 e o saldo remanescente de R\$ 18.719 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

FINEM I (CPFL Renováveis) - A CPFL Renováveis, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de agosto de 2011 (notas 1 e 12.4) possui operações de financiamento junto ao BNDES a serem utilizadas nos empreendimentos de dez controladas indiretas, a uma taxa média de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1,95% ao ano. A contratação dessas operações de financiamento chegará até o montante de R\$405.370. O início de amortização do principal foi outubro de 2009 e o prazo de amortização para todos os contratos é de 168 parcelas mensais. Os contratos possuem uma carência de seis meses a partir da entrada em operação.

FINEM II (CPFL Renováveis) – Em 2010, a controlada CPFL Geração obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas indiretas Santa Clara I a VI e Eurus VI. Em 2011, até 30 de setembro, foi liberado o montante de R\$ 4.400. O saldo remanescente de R\$ 494.160 deve ser liberado até Abril de 2013. Em função da reestruturação societária descrita nas notas 1 e 12.4, esta dívida passou a ser registrada na controlada CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.

Notas Explicativas

FINEM III / FINAME (CPFL Renováveis) - A controlada CPFL Brasil obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010 no montante de R\$ 398.547 que será destinado às controladas indiretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Neste período, foi liberado o montante de R\$ 229.150 e o saldo remanescente de R\$ 169.397 está previsto para ser liberado até dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que tem limite até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012. Em função da reestruturação societária descrita nas notas 1 e 12.4, esta dívida passou a ser registrada na controlada CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.

Instituições Financeiras

Banco do Brasil – Capital de Giro (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari) - As controladas obtiveram a aprovação de financiamento de capital de giro com liberação no período no valor total de R\$ 267.870 (R\$ 261.504 líquida dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão capitalizados mensalmente e amortizados juntamente com as parcelas do principal.

Banco Alfa (Foz do Chapecó) – Neste período, foi obtida uma linha de crédito junto ao Banco Alfa, no montante de R\$ 50.000 (R\$ 25.500 proporcional à participação da Companhia), cujos recursos destinam-se ao reforço do capital de giro.

Bank of América Merrill Lynch, Banco BNP Paribás, Banco J.P Morgan, Banco Societe Generale, Banco Citibank, Banco Morgan Stanley, Banco HSBC e Banco Sumitomo – Capital de Giro (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari) – As controladas obtiveram aprovação de financiamento em moeda estrangeira de capital de giro com liberação, no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011, no valor de R\$ 1.418.155 (R\$ 1.338.306 líquido dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será pago até setembro de 2016.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2012	172.210
2013	875.167
2014	1.657.517
2015	1.105.105
2016	1.118.069
Após 2016	1.685.969
Marcação de Mercado	(10.539)
Total	6.603.497

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

O empréstimo do Banco do Brasil – Capital de Giro está sujeito a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem às controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. O índice exigido é Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0.

As captações em moeda estrangeira realizadas com os bancos Bank of América, BNP Paribás, J.P Morgan, Societe Generale, Citibank, Morgan Stanley, HSBC e Sumitomo estão sujeitas a certas

Notas Explicativas

condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem das controladas que obtiveram estes empréstimos a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(17) DEBÊNTURES

		Consolidado							
		30/09/2011				31/12/2010			
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora									
3ª Emissão	Série Única	3.768	150.000	300.000	453.768	15.529	-	450.000	465.529
CPFL Paulista									
3ª Emissão	Série Única	26.371	213.333	426.667	666.371	5.925	213.333	426.667	645.925
4ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	6.323	109.601	-	115.924
5ª Emissão	Série única	21.283	-	482.258	503.541	-	-	-	-
		47.653	213.333	908.925	1.169.911	12.248	322.934	426.667	761.849
CPFL Piratininga									
1ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	10.733	200.000	-	210.733
3ª Emissão	Série Única	16.301	-	259.063	275.364	7.013	-	258.868	265.881
4ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	1.845	-	278.043	279.888
5ª Emissão	Série única	7.036	-	159.358	166.394	-	-	-	-
		23.337	-	418.421	441.758	19.591	200.000	536.911	756.502
RGE									
2ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	2.019	28.370	-	30.389
3ª Emissão	1ª Série	4.153	33.333	66.667	104.153	939	33.333	66.667	100.939
	2ª Série	4.367	46.667	93.333	144.367	7.721	46.667	93.333	147.721
	3ª Série	832	13.333	26.667	40.832	1.824	13.333	26.667	41.824
	4ª Série	3.083	16.667	33.333	53.083	1.335	16.667	33.333	51.335
	5ª Série	3.083	16.667	33.333	53.083	1.335	16.667	33.333	51.335
4ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	10.633	184.623	-	195.256
5ª Emissão	Série Única	3.078	-	69.669	72.747	-	-	-	-
		18.596	126.667	323.002	468.265	25.806	339.660	253.333	618.799
CPFL Santa Cruz									
1ª Emissão	Série Única	2.677	-	64.682	67.359	-	-	-	-
CPFL Leste Paulista									
1ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	1.400	23.965	-	25.365
CPFL Sul Paulista									
1ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	926	15.979	-	16.905
CPFL Jaguari									
1ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	583	9.983	-	10.566
CPFL Brasil									
1ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	9.545	164.728	-	174.273
2ª Emissão	Série Única	58.502	-	1.315.397	1.373.899	-	-	-	-
		58.502	-	1.315.397	1.373.899	9.545	164.728	-	174.273
CPFL Geração									
2ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	24.327	424.266	-	448.593
3ª Emissão	Série Única	16.552	-	263.070	279.622	7.121	-	263.137	270.258
4ª Emissão	Série Única	30.138	-	677.400	707.538	-	-	-	-
		46.690	-	940.470	987.160	31.448	424.266	263.137	718.851
EPASA									
2ª Emissão	Série Única	14.358	103.036	33.866	151.260	-	-	204.406	204.406
3ª Emissão	Série Única	1.490	1.381	64.918	67.789	-	-	-	-
		15.848	104.417	98.784	219.049	-	-	204.406	204.406
BAESA									
	1ª Série	356	3.139	12.557	16.052	357	3.165	15.030	18.552
	2ª Série	292	2.595	10.380	13.267	294	2.569	12.207	15.070
		648	5.734	22.937	29.319	651	5.734	27.237	33.622
Enercan									
	1ª Série	309	2.708	48.822	51.839	339	2.709	50.623	53.671
		218.028	602.859	4.441.440	5.262.327	118.066	1.509.958	2.212.314	3.840.338

Notas Explicativas

		Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
Controladora						
3ª Emissão	Série Única	45.000	CDI + 0,45% (1)	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografia
CPFL Paulista						
3ª Emissão	Série Única	64.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,05%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	175.000	110,3% do CDI	110,3% CDI + 0,79%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	4.840	CDI + 1,30%	CDI + 1,40%	parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga						
1ª Emissão	1ª Série	40.000	104,0% do CDI	104,0% CDI + 0,16%	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia
3ª Emissão	Série Única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	01 de abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	280	109,09% do CDI	109,09% CDI + 0,83%	10 de dezembro de 2013	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	1.600	CDI + 1,30%	CDI + 1,41	1º de junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
RGE						
2ª Emissão	1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73%	1º de abril de 2011	Quirografia
3ª Emissão	1ª Série	1	CDI + 0,60% (2)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	2ª Série	1	CDI + 0,60% (3)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	3ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	4ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	5ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	185.000	110,30% do CDI	110,3% CDI + 0,82%	1º de julho de 2011	Quirografia
5ª Emissão	Série Única	700	CDI + 1,30%	CDI + 1,43%	1º de junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz						
1ª Emissão	Série Única	650	CDI + 1,40%	CDI + 1,52%	11 de junho de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista						
1ª Emissão	Série Única	2.400	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,65%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista						
1ª Emissão	Série Única	1.600	111,00% do CDI	111% CDI + 0,6%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Jaguari						
1ª Emissão	Série Única	1.000	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,79%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Brasil						
1ª Emissão	Série Única	16.500	111% do CDI	111% CDI + 0,57%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
2ª Emissão	Série Única	13.200	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração						
2ª Emissão	Série Única	425.250	109,8% do CDI	109,8% CDI + 0,58%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão	Série Única	264	107,0% do CDI	107,0% do CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	6.800	100% do CDI + 1,40% a.a.	CDI + 1,49%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
EPASA						
2ª Emissão	Série Única	270	111% do CDI	111% do CDI + 0,49%	12 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão	Série Única	130	113,5% do CDI	113,5% + 0,189%	48 parcelas mensais a partir de setembro de 2012	Fiança da CPFL Energia
BAESA						
	1ª Série	9.000	CDI + 0,3%	CDI + 0,43%	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
	2ª Série	8.100	CDI + 0,4%	106% CDI + 0,12%	Anual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
Enercan						
	1ª Série	110	100% do CDI + 1,25% a.a.	111,10% do CDI	Trimestral com quitação em dezembro de 2025	Sem garantias

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI
(2) 105,07% do CDI

(3) 104,85% do CDI
(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI

Notas Explicativas

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2012	381.172
2013	515.873
2014	175.943
2015	548.076
2016	730.428
Após 2016	2.089.948
Total	4.441.440

Captações no período

Em junho de 2011 foram subscritas e integralizadas, pelas subsidiárias CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Brasil e CPFL Geração, debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória. Os recursos serão destinados ao refinanciamento das dívidas vincendas em 2011, reforço de capital de giro e plano de investimentos. O pagamento de juros das debêntures acima é semestral a partir da data de emissão, sendo os detalhes da emissão como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal unitário R\$ mil</u>	<u>Captação total R\$ mil</u>	<u>Captação líquida dos gastos de emissão R\$ mil</u>
CPFL Paulista	4.840	100	484.000	482.165
CPFL Piratininga	1.600	100	160.000	159.324
RGE	700	100	70.000	69.651
CPFL Santa Cruz	650	100	65.000	64.670
CPFL Geração	6.800	100	680.000	677.337
CPFL Brasil	13.200	100	1.320.000	1.315.301
Epassa	130	100	130.000	129.524
Total			2.909.000	2.897.972

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

A última emissão das debêntures das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Brasil e CPFL Geração está sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem das controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

As demais debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, cujos detalhes estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Notas Explicativas

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Previdência Complementar, composto por, até 31 de Outubro de 1997, um plano de Benefício Definido (Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado), e após esta data, a adoção de um plano de benefício misto de Contribuição Variável para aposentadorias programadas e de Benefício Definido para benefícios decorrentes de invalidez e morte.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, com vencimento até outubro de 2017, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 484.008 (R\$ 479.877 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

II – CPFL Piratininga

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga através da Fundação CESP um “Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão”, composto, até 31 de março de 1998, de um plano de benefício definido (Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS), e após esta data um Plano de Benefício definido e outro de contribuição variável.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais com vencimento até outubro de 2017 e amortização mensal, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 133.701 (R\$ 133.170 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

III – RGE

Para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE, o plano é do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE.

Notas Explicativas

Para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado, em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência na modalidade PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e de Contribuição Definida. Esse plano não gera qualquer responsabilidade atuarial para a empresa.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração através da Fundação CESP um “Plano de Previdência Complementar”, exatamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, até outubro de 2017, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 9.653 (R\$ 9.571 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

VI – CPFL Jaguariúna

Em Novembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas neste período, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 são as seguintes:

	30/09/2011					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Passivo/(Ativo) atuarial líquido em 31/12/2010	469.623	111.574	11.452	592.649	(5.800)	(5.800)
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	(51.226)	(13.968)	(1.862)	(67.055)	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(37.366)	(11.421)	(679)	(49.465)	0	0
Passivo/(Ativo) atuarial líquido em 30/09/2011	381.031	86.185	8.912	476.129	(5.800)	(5.800)
Outras Contribuições	13.659	238	(81)	13.816	-	-
Subtotal	394.691	86.423	8.831	489.944	(5.800)	(5.800)
Outras contribuições RGE	-	-	-	3.016	-	-
Total Passivo	394.691	86.423	8.831	492.960		
Circulante				37.967		
Não Circulante				454.993	(5.800)	

Notas Explicativas

As despesas e receitas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

	9 meses 2011				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	783	2.835	102	-	3.720
Juros sobre obrigações atuariais	228.549	58.446	5.005	-	292.000
Rendimento esperado dos ativos do plano	(277.008)	(73.416)	(6.528)	-	(356.952)
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidos	(3.550)	(1.833)	(441)	-	(5.824)
Total da Receita	(51.226)	(13.968)	(1.862)	-	(67.055)

	9 meses 2010				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	825	3.606	108	864	5.403
Juros sobre obrigações atuariais	219.342	56.649	4.758	13.761	294.510
Rendimento esperado dos ativos do plano	(273.221)	(69.864)	(5.763)	(17.787)	(366.635)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	(27)	(939)	-	2.283	1.317
Total da Receita	(53.081)	(10.548)	(897)	(879)	(65.405)

Uma vez que a movimentação do plano da RGE indica a necessidade de reconhecimento de um ativo e que o montante a ser reconhecido está limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis à época, o registro em 2011 dependerá da análise a ser realizada sobre a possível recuperação do ativo ao término do exercício.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base no laudo atuarial preparado para as datas-base 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	31/12/2010 ⁽¹⁾	31/12/2009 ⁽¹⁾	31/12/2010 ⁽¹⁾	31/12/2009 ⁽¹⁾
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a .a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	10,24% a .a.	11,28% a .a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a .a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	

(1) Refere-se à data-base de emissão do laudo.

(*) CPFL Paulista e CPFL Geração 12,73% a.a. e CPFL Piratininga 12,71% a.a.

(**) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Compensação financeira recursos hídricos	7.888	4.452
Reserva global de reversão - RGR	26.580	16.484
Taxa de fiscalização da ANEEL	2.286	2.285
Conta de consumo de combustível - CCC	62.602	58.288
Conta de desenvolvimento energético - CDE	45.709	42.033
Total	145.065	123.541

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	265.761	247.891
Programa de integração social - PIS	13.621	13.563
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69.115	63.668
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	96.071	86.853
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.303	22.280
Outros	21.564	20.993
Total	488.434	455.248
<u>Não Circulante</u>		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	377	960
Outros	248	-
Total	625	960

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	46.315	183.546	39.136	147.056
Cíveis				
Danos pessoais	12.204	87.084	11.126	75.033
Majoração tarifária	8.818	4.342	10.813	9.200
Outras	3.456	449	5.904	1.516
	24.477	91.875	27.843	85.750
Fiscais				
FINSOCIAL	18.886	53.840	18.714	53.322
Imposto de renda	80.221	646.908	73.401	539.601
PIS/COFINS - JCP	11.378	11.378	10.666	10.666
PIS/COFINS - regime não cumulativo	90.264	-	87.672	-
Outras	39.450	63.074	29.059	39.143
	240.199	775.201	219.513	642.732
Outros	3.077	28.777	4.773	15.148
Total	314.068	1.079.399	291.265	890.685

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 30/09/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Reestruturação Societária	
Trabalhistas	39.136	16.046	(3.217)	(5.909)	-	260	46.315
Cíveis	27.843	10.433	(6.207)	(7.592)	-	-	24.477
Fiscais	219.513	16.434	(269)	-	4.521	-	240.199
Outros	4.773	-	-	(1.743)	47	-	3.077
Provisões para contingências	291.265	42.913	(9.693)	(15.244)	4.568	260	314.068
Depósitos Judiciais	890.685	154.260	(6.588)	(3.508)	44.538	12	1.079.399

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Perdas possíveis - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2011 estavam assim representadas: (i) R\$ 341.837 trabalhistas (R\$ 341.608 em 31 de dezembro de 2010); (ii) R\$ 559.453 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 604.603 em 31 de dezembro de 2010); e (iii) R\$ 925.973 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, INSS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 823.872 em 31 de dezembro 2010).

Notas Explicativas

Depósitos judiciais – imposto de renda: Do montante total de R\$ 646.908, R\$ 570.207 (R\$ 483.355 em 31 de dezembro de 2010) referem-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e, para permitir a continuidade das discussões em dois processos, houve decisões judiciais que exigiram depósitos para garantia do juízo. Em 2011, a controlada efetuou complemento de depósito no montante de R\$ 53.933. Esta dedutibilidade gerou ainda outras autuações e a controlada, com a finalidade de também permitir a continuidade das discussões, ofereceu como garantia fianças bancárias no valor de R\$ 264.934. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros.

(22) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado				
Empresas	30/09/2011	31/12/2010	Saldo de Parcelas Restantes	Taxa de Juros
CERAN	74.426	71.987	294	IGP-M + 9,6% a.a.
ENERCAN	10.661	9.884	297	IGP-M + 8% a.a.
BAESA	57.076	52.865	285	IGP-M + 8% a.a.
Foz do Chapecó	322.350	312.183	304	IGP-M / IPC-A + 5,3% a.a.
TOTAL	464.513	446.919		
Circulante	27.212	17.287		
Não circulante	437.301	429.632		

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Consumidores e concessionárias	70.293	63.635	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	107.579	63.698	4.384	32.039
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	138.917	110.418	22.012	29.680
Fundo nacional desenv. cient. tecnol. - FNDCT	4.146	3.077	-	-
Empresa de pesquisa energética - EPE	1.623	1.206	-	-
Fundo para reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	25.857	11.030	3.801	7.418
Provisões para gastos ambientais	10.504	11.685	73.213	2.455
Folha de pagamento	14.871	6.722	-	-
Participação nos lucros	22.654	36.296	-	-
Convênios de arrecadação	70.018	56.260	-	-
Partes beneficiárias	1.356	1.674	-	-
Garantias	-	-	35.867	45.831
Outros	45.391	45.169	7.072	5.950
Total	513.208	410.869	164.100	141.124

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	245.897.454	25,55	122.948.720	25,62
BB Carteira Livre I FIA	298.467.458	31,02	149.233.727	31,10
Energia São Paulo FIP	102.756.048	10,68	-	-
Bonaire Participações S.A.	18.670.990	1,94	60.713.511	12,65
BNDES Participações S.A.	81.053.460	8,42	40.526.739	8,44
Brumado Holdings S.A.	34.502.100	3,59	17.251.048	3,59
Antares Holding LTDA	16.039.720	1,67	8.019.852	1,67
Membros do Conselho de Administração	212	0,00	112	-
Membros da Diretoria Executiva	49.980	0,01	2.824	-
Demais Acionistas	164.836.838	17,13	82.440.597	16,93
Total	962.274.260	100,00	481.137.130	100,00

24.1 Grupamento e desdobramento de ações

Conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 28 de março e 28 de abril de 2011, e Aviso aos Acionistas de 10 de maio de 2011, foi realizada a operação de grupamento das ações ordinárias de emissão da Sociedade, na proporção de 10 (dez) para 1 (uma), com o simultâneo desdobramento de cada ação grupada, na proporção de 1 (uma) para 20 (vinte), com prazo de 60 dias para que os acionistas pudessem ajustar suas posições de ações na BM&FBovespa S.A.

As ações resultantes da operação foram atribuídas e registradas aos titulares das ações no dia 4 de julho de 2011.

Esta operação de grupamento e desdobramento de ações não envolveu alteração em recursos financeiros.

As frações de ações dos acionistas que optaram por não ajustar suas posições foram identificadas, separadas e agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão na BM&FBovespa.

24.2 Reestruturação societária do acionista Bonaire Participações S.A.

Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de agosto de 2011, a Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações ("Fundo") informou que, em operação de redução de capital da

Notas Explicativas

empresa Bonaire Participações S.A. realizada mediante a entrega de ativos ao seu acionista majoritário, o Fundo, no dia 15 de agosto de 2011, passou a deter 102.756.048 ações ordinárias de emissão da Companhia. A referida participação do Fundo representa 10,68%.

O Fundo informou, ainda, que: (i) conjuntamente com a Bonaire, da qual é acionista majoritário, é detentor de 121.427.038 ações ordinárias e totais de emissão da Companhia e que a referida participação representa 12,62% das ações da Companhia; e (ii) das 102.756.048 ações ordinárias detidas pelo Fundo, 90.484.600 ações estão vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia.

Deste modo, Bonaire e Fundo passaram a exercer os direitos e obrigações dele decorrentes de forma conjunta, devendo, portanto, serem considerados como um único acionista da Companhia.

24.3 - Dividendos:

Na AGO/E de 28 de abril de 2011 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2010, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 1.260.469, sendo R\$ 774.429 de dividendo intermediário declarado em junho de 2010, e R\$ 486.040 de dividendo complementar.

Adicionalmente, conforme previsto no Estatuto Social e com base nos resultados do primeiro semestre de 2011 a Administração da Companhia, em 10 de agosto de 2011, aprovou: a declaração do dividendo intermediário no montante de R\$ 747.709 sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,777023176.

Em 2011, até 30 de setembro, a Companhia efetuou pagamento referente dividendo no montante de R\$ 1.229.401.

24.4 – Reserva de avaliação patrimonial – Combinação de negócios

Conforme comentado na nota 12.4, foi registrada na conta de reserva de avaliação patrimonial o montante de R\$ 327.134, em consequência à combinação de negócios da CPFL Renováveis.

24.5 – Reserva de avaliação patrimonial – custo atribuído

Devido à alteração na participação dos ativos que foram transferidos para a CPFL Renováveis, a CPFL Geração realizou, de forma proporcional, o montante de em R\$ 31.864 da reserva de avaliação patrimonial reflexa anteriormente registrada como custo atribuído, em contrapartida ao lucro acumulado. De forma análoga, a controlada CPFL Brasil registrou uma reserva de avaliação reflexa de custo atribuído na proporção de sua participação na CPFL Renováveis, em contrapartida ao lucro acumulado, no montante de R\$ 6.136.

(25) LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação em 30 de setembro de 2011 foi baseado no lucro líquido do período atribuível à controladora de R\$ 1.116.428 (R\$ 1.182.176 em 30 de setembro de 2010) e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período findo em 30 de setembro de 2011, conforme demonstrado:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro líquido do período da controladora	<u>1.116.428</u>	<u>1.182.176</u>
Ações em 1º de janeiro - em circulação	481.137.130	479.910.938
Ações emitidas em 26 de abril de 2010	-	1.226.192
Grupamento e desdobramento sem alteração de recursos, em jun/2011	481.137.130	-
Ações em 30 de setembro - em circulação	<u>962.274.260</u>	<u>481.137.130</u>
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	961.232.221
Lucro por ação básico	<u>1,16</u>	<u>1,23</u>

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações de 2010 levou em consideração o evento ocorrido em 2011, de grupamento e desdobramento de ações conforme nota 24, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

Lucro por ação diluído

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

Notas Explicativas

(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de Operações com Energia Elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.542.989	4.428.415	1.341.914	4.047.322
Industrial	1.096.644	3.075.734	1.058.882	3.107.336
Comercial	760.974	2.276.814	663.447	2.077.040
Rural	123.316	328.478	117.130	329.254
Poderes públicos	108.119	311.462	95.431	284.437
Iluminação pública	86.155	245.204	76.959	226.762
Serviço público	134.417	379.396	119.987	351.734
Fornecimento faturado	3.852.614	11.045.504	3.473.750	10.423.885
Fornecimento não faturado (líquido)	(28.480)	(29.889)	8.876	(2.247)
Encargos emergenciais - ECE/EAAE	40	37	-	3
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.830.053)	(5.284.654)	(1.406.042)	(4.427.684)
Fornecimento de energia elétrica	1.994.121	5.730.999	2.076.584	5.993.957
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	318.246	847.855	293.305	773.034
Energia elétrica de curto prazo	21.517	66.711	55.075	72.853
Suprimento de energia elétrica	339.763	914.567	348.380	845.887
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.830.053	5.284.654	1.406.042	4.427.684
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	325.305	988.077	305.745	807.925
Receita de construção da infraestrutura de concessão	314.135	778.153	295.403	698.867
Outras receitas e rendas	54.709	186.891	62.330	190.981
Outras receitas operacionais	2.524.203	7.237.774	2.069.520	6.125.457
Receita operacional bruta	4.858.087	13.883.340	4.494.484	12.965.301
Deduções da receita operacional				
ICMS	(764.479)	(2.201.410)	(683.792)	(2.034.144)
PIS	(72.076)	(209.905)	(65.506)	(198.882)
COFINS	(332.107)	(967.041)	(302.523)	(916.917)
ISS	(1.457)	(3.797)	(919)	(2.436)
Reserva global de reversão - RGR	(21.759)	(47.686)	(17.844)	(53.444)
Conta de consumo de combustível - CCC	(187.806)	(544.173)	(159.958)	(424.563)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(131.211)	(393.633)	(117.659)	(352.975)
Programa de P & D e eficiência energética	(38.703)	(107.093)	(34.402)	(91.769)
PROINFA	(16.225)	(48.695)	(13.006)	(45.009)
Encargos emergenciais (ECE/EAAE)	(40)	(38)	-	(3)
IPI	-	(6)	-	-
	(1.565.864)	(4.523.475)	(1.395.609)	(4.120.142)
Receita operacional líquida	3.292.224	9.359.864	3.098.875	8.845.159

	Consolidado			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de Operações com Energia Elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	3.449	10.164	3.226	9.697
Industrial	3.799	11.011	3.911	11.602
Comercial	1.945	6.032	1.808	5.719
Rural	547	1.449	576	1.617
Poderes públicos	287	857	272	822
Iluminação pública	385	1.120	364	1.079
Serviço público	466	1.357	446	1.300
Fornecimento faturado	10.877	31.990	10.603	31.836
Consumo próprio	8	25	8	25
Fornecimento de energia elétrica	10.885	32.015	10.611	31.861
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	2.505	7.188	2.568	7.489
Energia elétrica de curto prazo	2.324	3.448	795	1.762
Suprimento de energia elétrica	4.829	10.637	3.363	9.251

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Número de consumidores (*)	Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010
Classe de consumidores		
Residencial	6.030.418	5.828.837
Industrial	60.938	78.480
Comercial	501.606	492.484
Rural	241.351	236.542
Poderes públicos	46.458	44.926
Iluminação pública	8.461	8.015
Serviço público	7.351	7.212
Total	6.896.583	6.696.496

(*) Informações não revisadas pelo auditores independentes

O detalhamento dos reajustes tarifários das distribuidoras está demonstrado a seguir:

Empresa	Mês	2011		2010	
		IRT Reajuste Total	Percepção do Consumidor (*)	IRT Reajuste Total	Percepção do Consumidor (*)
CPFL Paulista	Abril (**)	7,38%	7,23%	2,70%	-5,69%
CPFL Piratininga	Outubro	(**)	(**)	10,11%	5,66%
RGE	Junho	17,21%	6,74%	12,37%	3,96%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	23,61%	15,38%	10,09%	-2,53%
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	7,76%	16,44%	-13,21%	-8,47%
CPFL Jaguari	Fevereiro	5,47%	6,62%	5,16%	3,67%
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	8,02%	7,11%	5,66%	4,94%
CPFL Mococa	Fevereiro	9,50%	9,77%	3,98%	3,24%

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(**) A revisão tarifária ainda não ocorreu (nota 34)

(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia Comprada para Revenda				
Energia de Itaipu Binacional	241.578	711.750	249.584	765.665
Energia de curto prazo	29.520	114.727	45.297	62.049
PROINFA	42.353	127.092	44.507	139.092
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	1.090.495	3.018.670	1.168.211	3.139.271
Crédito de PIS e COFINS	(125.140)	(363.176)	(128.251)	(382.960)
Subtotal	1.278.806	3.609.063	1.379.348	3.723.117
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da rede básica	272.985	757.470	222.960	679.935
Encargos de transporte de Itaipu	23.396	66.832	19.838	62.645
Encargos de conexão	18.985	52.814	18.881	44.319
Encargos de uso do sistema de distribuição	10.770	29.603	6.767	20.420
Encargos de serviço do sistema - ESS	52.972	141.623	34.839	113.615
Encargos de energia de reserva	12.416	18.396	12.385	28.902
Crédito de PIS e COFINS	(34.714)	(97.074)	(29.240)	(90.393)
Subtotal	356.810	969.665	286.430	859.443
Total	1.635.616	4.578.729	1.665.778	4.582.560

	Consolidado			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia Comprada para Revenda - GWh (*)				
Energia de Itaipu Binacional	2.743	8.125	2.734	8.087
Energia de curto prazo	1.066	3.504	844	2.364
PROINFA	237	587	154	649
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	8.762	25.235	9.379	27.454
Total	12.807	37.451	13.111	38.554

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(28) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	3º Trimestre					
	Despesa Operacional					
	Gerais		Outros		Total	
2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Pessoal	2.161	996	-	-	2.161	996
Material	15	7	-	-	15	7
Serviços de terceiros	2.567	4.314	-	-	2.567	4.314
Depreciação e amortização	45	39	-	-	45	39
Custos com construção da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outros	1.027	983	36.297	36.255	37.324	37.238
Arrendamento e aluguéis	29	15	-	-	29	15
Publicidade e propaganda	608	351	-	-	608	351
Legais, judiciais e indenizações	102	19	-	-	102	19
Doações, contribuições e subvenções	121	-	-	-	121	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	36.297	36.255	36.297	36.255
Outros	168	598	-	-	168	598
Total	5.814	6.339	36.297	36.255	42.110	42.594

	Controladora					
	9 meses					
	Despesa Operacional					
	Gerais		Outros		Total	
2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Pessoal	4.132	2.837	-	-	4.132	2.837
Material	46	46	-	-	46	46
Serviços de terceiros	13.970	10.894	-	-	13.970	10.894
Depreciação e amortização	134	105	-	-	134	105
Custos com construção da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outros	3.673	3.479	108.892	108.495	112.564	111.974
Arrendamento e aluguéis	74	62	-	-	74	62
Publicidade e propaganda	2.369	852	-	-	2.369	852
Legais, judiciais e indenizações	454	380	-	-	454	380
Doações, contribuições e subvenções	344	-	-	-	344	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	108.892	108.495	108.892	108.495
Outros	432	2.185	-	-	432	2.185
Total	21.954	17.361	108.892	108.495	130.846	125.856

Notas Explicativas

Consolidado												
3º Trimestre												
Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros				Despesa Operacional						Total	
	2011	2010	2011	2010	Vendas		Gerais		Outros			
Pessoal	95.207	87.585	(5)	71	25.508	20.682	48.554	39.399	-	-	169.265	147.737
Entidade de previdência privada	(22.352)	(21.800)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.352)	(21.800)
Material	18.857	16.797	489	858	1.872	667	6.647	3.090	-	-	27.864	21.412
Serviços de terceiros	34.351	48.680	286	1.095	24.183	20.033	51.918	41.446	-	-	110.738	111.254
Depreciação e amortização	131.806	112.014	-	164	8.237	2.271	9.859	6.352	-	181	149.902	120.982
Custos com construção da infraestrutura	-	-	314.135	295.403	-	-	-	-	-	-	314.135	295.403
Outros	24.289	12.999	(5)	3	24.712	23.920	18.650	43.025	56.939	56.163	124.585	136.110
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.644	12.050	-	-	-	-	9.644	12.050
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.522	7.555	-	-	-	-	14.522	7.555
Arrendamento e aluguéis	8.963	3.591	-	-	30	6	(2.473)	2.261	-	-	6.520	5.858
Publicidade e propaganda	286	-	-	-	124	-	1.945	8.236	-	-	2.355	8.236
Legais, judiciais e indenizações	(86)	-	-	-	-	-	11.347	26.174	-	-	11.262	26.174
Doações, contribuições e subvenções	65	-	-	-	-	-	2.743	1.645	-	-	2.808	1.645
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	7.178	6.396	7.178	6.396
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.127	-	1.127
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.148	46.511	46.148
Outros	15.060	9.408	(5)	3	392	4.309	5.087	4.709	3.614	2.129	24.148	20.558
Total	282.157	256.275	314.901	297.594	84.513	67.573	135.628	133.312	56.939	56.344	874.137	811.098

Consolidado												
9 meses												
Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros				Despesa Operacional						Total	
	2011	2010	2011	2010	Vendas		Gerais		Outros			
Pessoal	323.372	261.260	(4)	304	76.229	58.956	127.468	120.575	-	-	527.064	441.095
Entidade de previdência privada	(67.056)	(65.405)	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.056)	(65.405)
Material	47.679	45.952	895	1.477	3.770	2.252	17.057	7.945	-	-	69.400	57.626
Serviços de terceiros	114.998	131.697	491	2.349	76.845	58.353	175.425	127.824	-	-	367.760	320.223
Depreciação e amortização	395.343	333.821	-	494	24.692	6.688	25.982	17.507	-	541	446.017	359.051
Custos com construção da infraestrutura	-	-	778.153	698.867	-	-	-	-	-	-	778.153	698.867
Outros	51.190	44.272	(5)	3	81.179	85.182	85.789	49.669	168.128	164.234	386.281	343.360
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	27.822	35.090	-	-	-	-	27.822	35.090
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	51.940	37.410	-	-	-	-	51.940	37.410
Arrendamento e aluguéis	11.840	11.501	-	-	113	6	6.662	6.397	-	-	18.615	17.904
Publicidade e propaganda	623	-	-	-	209	-	7.993	10.951	-	-	8.825	10.951
Legais, judiciais e indenizações	53	-	-	-	-	-	44.107	7.726	-	-	44.160	7.726
Doações, contribuições e subvenções	75	-	-	-	-	-	7.773	4.924	-	-	7.848	4.924
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	21.305	18.575	21.305	18.575
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.654	-	3.654
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.174	139.240	138.174
Outros	38.599	32.771	(5)	3	1.094	12.676	19.254	19.671	8.649	2.765	67.591	67.886
Total	865.526	751.597	779.529	703.494	262.714	211.431	431.722	323.520	168.128	164.775	2.507.619	2.154.817

(29) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	20.946	31.898	6.626	24.951
Atualização de depósitos judiciais	283	712	240	633
PIS e COFINS sobre JCP	-	(9.394)	-	(9.117)
Outros	2.501	7.538	14.206	27.083
Total	23.730	30.754	21.072	43.550
Despesas				
Encargos de dívidas	(14.568)	(40.701)	(12.599)	(33.187)
Atualizações monetárias e cambiais	300	(262)	224	619
Outros	(148)	(235)	(8.619)	(23.447)
Total	(14.417)	(41.198)	(20.994)	(56.015)
Resultado Financeiro	9.313	(10.444)	78	(12.465)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	140.856	233.087	45.509	110.887
Acréscimos e multas moratórias	37.830	120.295	33.132	98.954
Atualização de créditos fiscais	943	3.785	1.538	2.894
Atualização de depósitos judiciais	16.067	44.538	12.068	32.447
Atualizações monetárias e cambiais	14.537	43.321	8.676	24.758
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.233	9.487	1.820	5.389
PIS e COFINS sobre JCP	-	(9.394)	-	(9.117)
Outros	6.680	26.465	27.082	65.905
Total	220.146	471.584	129.825	332.117
Despesas				
Encargos de dívidas	(333.214)	(804.913)	(196.993)	(535.131)
Atualizações monetárias e cambiais	(70.813)	(106.235)	(19.344)	(67.025)
(-) Juros Capitalizados	7.841	27.162	37.942	109.599
Uso do Bem Público	(9.076)	(42.993)	(4.858)	(15.038)
Outros	(20.086)	(62.963)	(19.672)	(63.753)
Total	(425.349)	(989.942)	(202.925)	(571.348)
Resultado Financeiro	(205.203)	(518.358)	(73.100)	(239.231)

Os juros são capitalizados a uma taxa de 9,95% a.a. sobre os ativos intangíveis e imobilizados qualificáveis, de acordo com o CPC 20. Em 2010, do montante total, R\$ 76.218 (R\$ 27.834 no 3º trimestre de 2010) referem-se aos projetos de geração de energia que estavam em desenvolvimento, principalmente Foz do Chapecó, EPASA e CPFL Bioenergia.

(30) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é efetuada através da segmentação por tipo de negócio (atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica), baseado na estrutura interna das informações financeiras e da Administração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados em bases de alocação razoáveis, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 já apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio.

Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia:

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
9 meses 2011						
Receita operacional líquida	8.132.457	474.505	752.900	3	-	9.359.864
(-) Vendas entre sociedades parceiras	12.193	676.291	519.891	-	(1.208.375)	-
Resultado do serviço	1.440.053	655.845	200.742	(23.123)	-	2.273.517
Receita financeira	311.874	82.486	48.482	28.741	-	471.584
Despesa financeira	(478.827)	(406.352)	(62.599)	(42.164)	-	(989.942)
Lucro antes dos impostos	1.273.100	331.979	186.626	(36.546)	-	1.755.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	443.075	91.109	60.116	21.837	-	616.136
Lucro Líquido	830.026	240.870	126.509	(58.383)	-	1.139.022
Total do ativo (**)	11.969.145	10.616.340	1.327.190	2.146.255	-	26.058.929
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	741.186	448.574	12.450	38	-	1.202.248
Depreciação e amortização	268.804	202.068	4.288	109.030	-	584.191
9 meses 2010						
Receita operacional líquida	7.716.629	398.806	728.832	892	-	8.845.159
(-) Vendas entre sociedades parceiras	9.963	454.352	566.833	-	(1.031.148)	-
Resultado do serviço	1.429.138	454.884	240.217	(16.457)	-	2.107.782
Receita financeira	236.838	36.697	16.631	41.951	-	332.117
Despesa financeira	(279.222)	(219.828)	(16.261)	(56.037)	-	(571.348)
Lucro antes dos impostos	1.386.754	271.751	240.587	(30.541)	-	1.868.551
Imposto de Renda e Contribuição Social	481.708	89.475	76.728	22.226	-	670.137
Lucro Líquido	905.046	182.276	163.859	(52.767)	-	1.198.414
Total do ativo (**)	11.179.583	7.334.603	405.571	316.680	-	19.236.437
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	770.841	435.194	17.755	188	-	1.223.978
Depreciação e amortização	268.151	118.182	3.358	108.600	-	498.291

(*) Outros: refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações com sociedades parceiras.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como principais acionistas:

- VBC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações.

- Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 demonstram os saldos e movimentações realizados no curso normal das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao banco do Brasil, conforme descrito na nota 5.

Notas Explicativas

- b) **Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos** - Corresponde a captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme descrito nas notas 16 e 17, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 16 e 17.
- c) **Outras Operações Financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Investimento Exclusivo, sendo um dos administradores o BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão.
- d) **Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- e) **Venda de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.
- f) **Suprimento de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração.
- g) **Outras Receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- h) **Compra e venda de energia no mercado regulado** - As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

No período, as controladas obtiveram junto ao Banco do Brasil liberações de financiamento de capital de giro, conforme descrito na nota 16. Adicionalmente, parte das debêntures emitidas pelas controladas no período, conforme descrito na nota 17, foram subscritas pelo Banco do Brasil.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Considerações sobre Riscos:

Notas Explicativas

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2011 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

b) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA (nota 4).

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas aos aspectos regulatórios, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de comparação, são como segue:

	Controladora			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Debêntures (nota 17)	(453.768)	(457.335)	(465.529)	(470.262)
Total	(453.768)	(457.335)	(465.529)	(470.262)

	Consolidado			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(5.958.743)	(5.797.875)	(5.141.554)	(4.870.909)
Debêntures (nota 17)	(5.262.327)	(5.458.406)	(3.840.338)	(3.891.397)
Total	(11.221.070)	(11.256.280)	(8.981.892)	(8.762.306)

Notas Explicativas

c) Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Companhia e suas controladas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas (nota 16) possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Notas Explicativas

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	
	Ativo	(Passivo)							Valores de mercado, líquidos
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
ABN	46.425	-	46.425	41.339	5.086	yen	01/2012	376.983	balcão
BNP Paribas	25.266	-	25.266	26.935	(1.669)	dólar	06/2014	160.000	balcão
J.P.Morgan	12.190	-	12.190	13.048	(858)	dólar	07/2014	78.250	balcão
J.P.Morgan	13.660	-	13.660	14.990	(1.330)	dólar	08/2014	76.700	balcão
Morgan Stanley	4.914	-	4.914	6.965	(2.051)	dólar	09/2016	85.475	balcão
Bank of America	34.070	-	34.070	38.893	(4.823)	dólar	07/2014	235.050	balcão
Bank of America	24.887	-	24.887	26.169	(1.282)	dólar	07/2016	156.700	balcão
Societe Generale	5.941	-	5.941	6.507	(566)	dólar	08/2016	33.173	balcão
Citibank	4.863	-	4.863	6.756	(1.893)	dólar	09/2016	85.750	balcão
HSBC	2.810	-	2.810	3.365	(555)	dólar	09/2014	41.050	balcão
Subtotal	175.026	-	175.026	184.967	(9.941)				
CPFL Piratinga									
BNP Paribas	8.216	-	8.216	8.999	(783)	dólar	07/2014	45.990	balcão
J.P.Morgan	27.178	-	27.178	29.973	(2.795)	dólar	08/2014	153.400	balcão
Bank of America	11.528	-	11.528	11.897	(369)	dólar	08/2016	80.250	balcão
Societe Generale	7.795	-	7.795	8.538	(743)	dólar	08/2016	43.527	balcão
Citibank	1.521	-	1.521	1.888	(367)	dólar	08/2016	12.840	balcão
Subtotal	56.238	-	56.238	61.295	(5.057)				
CPFL Sul Paulista									
Citibank	668	-	668	806	(138)	dólar	09/2014	8.000	balcão
CPFL Leste Paulista									
Citibank	668	-	668	806	(138)	dólar	09/2014	8.000	balcão
CPFL Mococa									
Citibank	584	-	584	706	(121)	dólar	09/2014	7.000	balcão
CPFL Jaguari									
Citibank	911	-	911	1.029	(118)	dólar	08/2014	7.000	balcão
CPFL Geração									
Citibank	12.700	-	12.700	15.041	(2.341)	dólar	08/2016	100.000	balcão
Subtotal	246.795	-	246.795	264.649	(17.854)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
HSBC	2.815	-	2.815	2.814	1	dólar	10/2011	20.547	balcão
CPFL Geração									
Itaú	7.920	-	7.920	7.833	87	dólar	de 10/2011 a 12/2011	50.169	balcão
Hedge variação de taxa de juros (1)									
CPFL Energia									
Citibank	25	43	(18)	(15)	(4)	CDI + spread	09/2011 a 09/2014	450.000	balcão
RGE									
Santander	365	-	365	34	331	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	280.000	balcão
Citibank	101	-	101	6	95	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	100.000	balcão
Hedge variação de taxa de juros (2)									
CPFL Piratinga									
HSBC	(255)	-	(255)	(7)	(248)	TJLP	01/2013	18.236	balcão
Santander	(267)	-	(267)	(14)	(253)	TJLP	01/2013	18.242	balcão
CPFL Geração									
HSBC	(485)	-	(485)	(28)	(457)	TJLP	12/2012	35.321	balcão
Subtotal	10.220	43	10.176	10.624	(447)				
Total	257.015	43	256.972	275.273	(18.301)				
Circulante	256.791	-							
Não circulante	224	43							
Total	257.015	43							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

(2) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de hedge totalmente atrelados, de modo que em 30 de setembro de 2011 foi apurado um ganho de R\$ 17.102 (nota 16). Este ganho minimizou a perda de derivativos apresentada anteriormente.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho/(Perda)			
			2011		2010	
			3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
CPFL Energia	Varição de taxas de juros	Operação de Swap	70	135	(14)	164
CPFL Energia	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(654)	(586)	20	(231)
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(3.673)	(2.333)	(13.802)	3.160
CPFL Paulista	Varição cambial	Operação de Swap	233.385	185.764	1.627	1.558
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(5.075)	(5.083)	(271)	(271)
CPFL Piratininga	Varição de taxas de juros	Operação de Swap	146	(245)	13	13
CPFL Piratininga	Varição cambial	Operação de Swap	61.295	61.295	-	-
CPFL Geração	Varição cambial	Operação de Swap	23.463	14.581	(5.594)	(13.832)
CPFL Geração	Varição de taxas de juros	Operação de Swap	(191)	(425)	(38)	581
CPFL Geração	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(827)	1.693	206	1.792
RGE	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	363	205	104	92
RGE	Varição de taxas de juros	Operação de Swap	34	156	109	450
CPFL Sul Paulista	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(138)	(138)	-	-
CPFL Sul Paulista	Varição cambial	Operação de Swap	806	806	-	-
CPFL Leste Paulista	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(138)	(138)	-	-
CPFL Leste Paulista	Varição cambial	Operação de Swap	806	806	-	-
CPFL Mococa	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(121)	(121)	-	-
CPFL Mococa	Varição cambial	Operação de Swap	706	706	-	-
CPFL Jaguarí	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(118)	(118)	-	-
CPFL Jaguarí	Varição cambial	Operação de Swap	1.029	1.029	-	-
			311.168	257.989	(17.640)	(6.524)

d) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM n° 475/08, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir.

Varição cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 30 de setembro de 2011 seja mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 8,1%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros ativos	24.185	alta dólar	1.954	6.046	12.093
Instrumentos financeiros passivos	(1.792.500)	alta dólar	(144.800)	(448.125)	(896.250)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.705.396	alta dólar	137.763	426.349	852.698
	(62.919)		(5.083)	(15.730)	(31.459)
Instrumentos financeiros ativos	-	alta yen	-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	(516.106)	alta yen	(41.692)	(129.027)	(258.053)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	516.106	alta yen	41.692	129.027	258.053
	(62.919)		(5.083)	(15.730)	(31.459)

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08

Varição das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros

Notas Explicativas

variáveis em 30 de setembro de 2011 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI: 11,47% a.a; IGP-M: 7,46% a.a.; TJLP: 6,00% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 702.662. Caso ocorressem oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I*	Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	4.826.314	variação CDI	(54.537)	138.395	276.789
Instrumentos financeiros passivos	(7.031.704)	variação CDI	79.458	(201.634)	(403.268)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.035.967)	variação CDI	23.006	(58.381)	(116.763)
	(4.241.357)		47.927	(121.621)	(243.242)
Instrumentos financeiros ativos	57.423	variação IGP-M	(649)	1.071	2.142
Instrumentos financeiros passivos	(28.911)	variação IGP-M	327	(539)	(1.078)
	28.512		(322)	532	1.063
Instrumentos financeiros passivos	(3.709.863)	variação TJLP	(51.196)	(55.648)	(111.296)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	71.437	variação TJLP	986	1.072	2.143
	(3.638.426)		(50.210)	(54.576)	(109.153)
Total do Redução/(Aumento)	(7.851.271)		(2.605)	(175.666)	(351.331)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 10,34%, 6,33%, 7,38%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

(33) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota 3.13.

	30/09/2011	30/06/2011	31/03/2011	31/12/2010	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010	31/12/2009
Ativos								
Consumidores, concessionárias e permissionárias								
Descontos TUSD (*) e irrigação	65.389	64.236	71.631	54.407	34.077	22.111	16.828	12.753
Outros componentes financeiros	-	-	-	-	-	-	-	199
	65.389	64.236	71.631	54.408	34.077	22.111	16.828	12.952
Diferimento de custos tarifários								
Parcela "A"	-	-	-	333	666	999	1.333	1.290
CVA (**)	353.119	335.493	330.338	333.622	304.552	271.736	366.741	374.336
	353.119	335.493	330.338	333.954	305.218	272.735	368.074	375.626
Despesas pagas antecipadamente								
Sobrecontratação	24.668	6.585	8.898	23.860	36.587	54.032	70.752	100.326
Subvenção baixa renda - perdas	20.162	32.680	31.012	34.994	44.831	47.281	48.186	55.506
Neutralidade dos encargos setoriais	933	1.160	381	-	1.337	897	-	-
Reajuste tarifário	935	1.402	5.194	13.891	22.226	30.560	-	-
Outros componentes financeiros	45.037	44.435	50.190	53.314	48.819	58.742	36.467	11.557
	91.735	86.262	95.675	126.059	153.800	191.512	155.405	167.389
Passivos								
Diferimento de Ganhos Tarifários								
Parcela "A"	-	-	-	(11.472)	(22.906)	(34.338)	(45.772)	(44.419)
CVA (**)	(452.172)	(438.985)	(402.013)	(364.365)	(380.697)	(417.770)	(506.543)	(377.735)
	(452.172)	(438.985)	(402.013)	(375.837)	(403.603)	(452.108)	(552.315)	(422.154)
Outras Contas a Pagar (nota 22)								
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	(23.382)	(49.315)	(89.261)
Descontos TUSD (*) e irrigação	(522)	(2.043)	(2.063)	(1.923)	(2.666)	(3.054)	(3.273)	(991)
Reajuste tarifário	(0)	(0)	(0)	(3.556)	(7.234)	(10.882)	(14.225)	-
Majoração de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação	(65.857)	(116.964)	(127.195)	(61.391)	(52.659)	(47.679)	(46.119)	(17.541)
Subvenção baixa renda - ganhos	(8.032)	(6.426)	(5.923)	(6.280)	(3.172)	(3.924)	(5.890)	(6.011)
Neutralidade dos encargos setoriais	(91.375)	(96.955)	(111.800)	(63.905)	(50.030)	(27.456)	(1.521)	-
Outros componentes financeiros	(8.395)	(11.461)	(13.817)	(26.110)	(31.449)	(36.980)	(24.110)	(12.138)
	(174.181)	(233.849)	(260.798)	(163.165)	(147.210)	(153.360)	(144.453)	(125.942)
Total Líquido	(116.110)	(186.842)	(165.166)	(24.581)	(57.718)	(119.110)	(156.461)	7.871

(34) FATOS RELEVANTES E EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Empréstimos e financiamentos

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em setembro de 2011, foi aprovada a captação de financiamento pela controlada RGE, através de empréstimos externos, no valor total

Notas Explicativas

em moeda estrangeira de até R\$ 126 milhões, com prazo de até 5 (cinco) anos. A Companhia será garantidora das operações através de concessão de aval e nota promissória.

Além disso, em outubro de 2011 houve liberação, para a controlada CPFL Piratininga, de R\$ 55.701 referente ao financiamento do BNDES - FINEM IV (nota 16). O saldo remanescente de R\$ 41.800 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.

34.2 Reajuste tarifário CPFL Piratininga

A revisão tarifária da controlada CPFL Piratininga deveria ter ocorrido no dia 23 de outubro de 2011, porém em virtude da metodologia aplicável ao terceiro ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 1.223 publicada em 24 de outubro de 2011 no Diário Oficial da União, decidiu manter as atuais tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010, até a aplicação da nova metodologia do terceiro ciclo de revisões tarifárias. A estimativa da Administração para a conclusão desse processo pela ANEEL é que irá acontecer no exercício de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas que detêm mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física em 30 de setembro de 2011.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA										
QUADRO 2 - Empresa: 1 CPFL ENERGIA S/A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		665.791.950	69,19%	69,19%	-	0,00%	0,00%	665.791.950	69,19%	
1.1 VBC Energia S.A.	00.095.147/0001-02	245.897.454	25,55%	25,55%	-	0,00%	0,00%	245.897.454	25,55%	
1.2 Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira	73.899.742/0001-74	298.467.458	31,02%	31,02%	-	0,00%	0,00%	298.467.458	31,02%	
1.3 Bonaire Participações S.A.	02.117.801/0001-67	18.670.990	1,94%	1,94%	-	0,00%	0,00%	18.670.990	1,94%	
1.4 Energia São Paulo FIP	02.178.371/0001-93	102.756.048	10,68%	10,68%	-	0,00%	0,00%	102.756.048	10,68%	
Não Controladores		296.482.310	30,81%	30,81%	-	0,00%	0,00%	296.482.310	30,81%	
1.5 BNDES Participações S.A.	00.383.281/0001-09	81.053.460	8,42%	8,42%	-	0,00%	0,00%	81.053.460	8,42%	
1.6 Membros do Conselho de Administração		212	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	212	0,00%	
1.7 Membros da Diretoria Executiva		49.980	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	49.980	0,01%	
1.8 Demais Acionistas		215.378.658	22,38%	22,38%	-	0,00%	0,00%	215.378.658	22,38%	
Total		962.274.260	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	962.274.260	100,00%	
QUADRO 3 - Empresa: 1.1 VBC ENERGIA S/A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		5.354.225	100,00%	90,37%	141.060	100,00%	2,57%	5.495.285	100,00%	
1.1.1 Átla Holdings S/A	07.305.671/0001-00	2.405.393	44,93%	43,77%	70.530	50,00%	1,28%	2.475.923	45,06%	
1.1.2 Camargo Corrêa Energia S.A.	04.922.357/0001-88	1.504.095	28,09%	27,37%	47.018	33,33%	0,86%	1.551.113	28,23%	
1.1.3 Camargo Corrêa S.A.	01.098.905/0001-09	1.056.630	19,73%	19,23%	23.512	16,67%	0,43%	1.080.142	19,66%	
1.1.4 Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.	02.372.232/0001-04	388.107	7,25%	7,06%	-	0,00%	0,00%	388.107	7,06%	
Não Controladores		5	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	5	0,00%	
1.1.4 Demais acionistas		5	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	5	0,00%	
Total		5.354.230	100,00%	97,43%	141.060	100,00%	2,57%	5.495.290	100,00%	
QUADRO 4 - Empresa: 1.1.1 Átla Holdings S/A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		821.452.787	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	821.452.787	100,00%	
1.1.1.1 Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	61.522.512/0001-02	380.575.180	46,33%	46,33%	-	0,00%	0,00%	380.575.180	46,33%	
1.1.1.2 Camargo Corrêa S.A.	01.098.905/0001-09	440.877.607	53,67%	53,67%	-	0,00%	0,00%	440.877.607	53,67%	
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	
Total		821.452.787	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	821.452.787	100,00%	
QUADRO 5 - Empresa: 1.1.2 Camargo Corrêa Energia S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		2.357.982	100,00%	77,41%	688.220	100,00%	22,59%	3.046.202	100,00%	
1.1.2.1 Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.	02.372.232/0001-04	2.357.982	100,00%	77,41%	688.220	100,00%	22,59%	3.046.202	100,00%	
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	7	0,00%	0,00%	7	0,00%	
1.1.2.2 Demais acionistas		-	0,00%	0,00%	7	0,00%	0,00%	7	0,00%	
Total		2.357.982	100,00%	77,41%	688.227	100,00%	22,59%	3.046.209	100,00%	
QUADRO 6 - Empresa: 1.1.3 Camargo Corrêa S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		48.941	99,99%	34,45%	93.099	100,00%	65,54%	142.040	100,00%	
1.1.3.1 Participações Morro Vermelho S.A.	03.987.192/0001-60	48.941	99,99%	34,45%	93.099	100,00%	65,54%	142.040	100,00%	
Não Controladores		5	0,01%	0,00%	1	0,00%	0,00%	6	0,00%	
1.1.3.2 Demais acionistas		5	0,01%	0,00%	1	0,00%	0,00%	6	0,00%	
Total		48.946	100,00%	34,46%	93.100	100,00%	65,54%	142.046	100,00%	
QUADRO 7 - Empresa: 1.1.1.1 Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		363.933	100,00%	80,57%	87.772	99,99%	19,43%	451.705	100,00%	
1.1.1.1.1 Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	11.196.609/0001-02	363.933	100,00%	80,57%	87.772	99,99%	19,43%	451.705	100,00%	
Não Controladores		5	0,00%	0,00%	8	0,01%	0,00%	13	0,00%	
1.1.1.1.2 Demais acionistas		5	0,00%	0,00%	8	0,01%	0,00%	13	0,00%	
Total		363.938	100,00%	80,57%	87.780	100,00%	19,43%	451.718	100,00%	
QUADRO 8 - Empresa: 1.1.1.1.1 Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
Controladores		2.749.756.288	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	2.749.756.288	100,00%	
1.1.1.1.1.1 Camargo Corrêa S.A.	01.098.905/0001-09	2.749.756.288	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	2.749.756.288	100,00%	
Não Controladores		6	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,00%	
1.1.1.1.1.2 Demais acionistas		6	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,00%	
Total		2.749.756.294	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	2.749.756.294	100,00%	

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

QUADRO 9 - Empresa: 1.1.2.1 Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		861.502.274	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	861.502.274	100,00%
1.1.2.1.1 Camargo Corrêa S.A.	01.098.905/0001-09	861.502.274	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	861.502.274	100,00%
Não Controladores		7	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	7	0,00%
1.1.2.1.2 Demais acionistas		7	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	7	0,00%
Total		861.502.281	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	861.502.281	100,00%
QUADRO 10 - Empresa: 1.1.3.1 Participações Morro Vermelho S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		2.249.994	100,00%	33,33%	4.500.000	100,00%	66,67%	6.749.994	99,99%
1.1.3.1.1 RCABON Empreendimentos e Participações S.A	09.594.448/0001-55	749.998	33,33%	11,11%	-	0,00%	0,00%	749.998	11,11%
1.1.3.1.2 RCNON Empreendimentos e Participações S.A	09.594.570/0001-21	749.998	33,33%	11,11%	-	0,00%	0,00%	749.998	11,11%
1.1.3.1.3 RCPODON Empreendimentos e Participações S.A	09.594.541/0001-60	749.998	33,33%	11,11%	-	0,00%	0,00%	749.998	11,11%
1.1.3.1.4 RCABPN Empreendimentos e Participações S.A	09.594.459/0001-35	-	0,00%	0,00%	1.498.080	33,29%	22,19%	1.498.080	22,19%
1.1.3.1.5 RCNPN Empreendimentos e Participações S.A	09.594.480/0001-30	-	0,00%	0,00%	1.498.080	33,29%	22,19%	1.498.080	22,19%
1.1.3.1.6 RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A	09.594.468/0001-26	-	0,00%	0,00%	1.498.080	33,29%	22,19%	1.498.080	22,19%
1.1.3.1.7 RRRPN Empreendimentos e Participações S.A	09.608.284/0001-78	-	0,00%	0,00%	5.760	0,13%	0,09%	5.760	0,09%
Não Controladores		6	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,01%
1.1.3.1.8 Demais acionistas		6	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,01%
Total		2.250.000	100,00%	33,33%	4.500.000	100,00%	66,67%	6.750.000	100,00%
QUADRO 11 - Empresa: 1.1.3.1.1 RCABON Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		749.850	100,00%	99,98%	40	26,67%	0,01%	749.890	99,99%
1.1.3.1.1.1 Rosana Camargo de Arruda Botelho	535.804.358-68	749.850	100,00%	99,98%	40	26,67%	0,01%	749.890	99,99%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	110	73,33%	0,01%	110	0,01%
1.1.3.1.1.2 Demais Acionistas		-	0,00%	0,00%	110	73,33%	0,01%	110	0,01%
Total		749.850	100,00%	99,98%	150	100,00%	0,02%	750.000	100,00%
QUADRO 12 - Empresa: 1.1.3.1.2 RCNON Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		749.850	100,00%	99,98%	40	26,67%	0,01%	749.890	99,99%
1.1.3.1.2.1 Renata de Camargo Nascimento	535.804.608-97	749.850	100,00%	99,98%	40	26,67%	0,01%	749.890	99,99%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	110	73,33%	0,01%	110	0,01%
1.1.3.1.2.2 Demais Acionistas		-	0,00%	0,00%	110	73,33%	0,01%	110	0,01%
Total		749.850	100,00%	99,98%	150	100,00%	0,01%	750.000	100,00%
QUADRO 13 - Empresa: 1.1.3.1.3 RCPODON Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		749.850	100,00%	99,98%	-	0,00%	0,00%	749.850	99,98%
1.1.3.1.3.1 Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	153.204.398-81	749.850	100,00%	99,98%	-	0,00%	0,00%	749.850	99,98%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	150	100,00%	0,02%	150	0,02%
1.1.3.1.3.2 Demais Acionistas		-	0,00%	0,00%	150	100,00%	0,02%	150	0,02%
Total		749.850	100,00%	99,98%	150	100,00%	0,02%	750.000	100,00%
QUADRO 14 - Empresa: 1.1.3.1.4 RCABPN Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		1.499.890	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.890	99,99%
1.1.3.1.4.1 Rosana Camargo de Arruda Botelho	535.804.358-68	1.499.890	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.890	99,99%
Não Controladores		110	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	110	0,01%
1.1.3.1.4.2 Demais Acionistas		110	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	110	0,01%
Total		1.500.000	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1.500.000	100,00%
QUADRO 15 - Empresa: 1.1.3.1.5 RCNPN Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		1.499.890	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.890	99,99%
1.1.3.1.5.1 Renata de Camargo Nascimento	535.804.608-97	1.499.890	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.890	99,99%
Não Controladores		110	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	110	0,01%
1.1.3.1.5.2 Demais Acionistas		110	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	110	0,01%
Total		1.500.000	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1.500.000	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

QUADRO 16 - Empresa: 1.1.3.1.6 RCPDPN Empreendimentos e Participações S.A	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total
Controladores		1.499.850	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.850	99,99%
1.1.3.1.6.1 Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	153.204.398-81	1.499.850	99,99%	99,99%	-	0,00%	0,00%	1.499.850	99,99%
Não Controladores		150	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	150	0,01%
1.1.3.1.6.2 Demais Acionistas		150	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	150	0,01%
Total		1.500.000	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1.500.000	100,00%
QUADRO 17 - Empresa: 1.1.3.1.7 RRRPN Empreendimentos e Participações S.A									
Controladores		5.940	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	5.940	100,00%
1.1.3.1.7.1 Rosana Camargo de Arruda Botelho	535.804.358-68	1.980	33,33%	33,33%	-	0,00%	0,00%	1.980	33,33%
1.1.3.1.7.2 Renata de Camargo Nascimento	535.804.608-97	1.980	33,33%	33,33%	-	0,00%	0,00%	1.980	33,33%
1.1.3.1.7.3 Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	153.204.398-81	1.980	33,34%	33,34%	-	0,00%	0,00%	1.980	33,34%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total		5.940	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	5.940	100,00%
QUADRO 18 - Empresa: 1.2 Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I									
Controladores		130.163.541	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	130.163.541	100,00%
1.2.1 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	33.754.482/0001-24	130.163.541	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	130.163.541	100,00%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total		130.163.541	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	130.163.541	100,00%
QUADRO 19 - Empresa: 1.3 Bonaire Participações S.A.									
Controladores		66.728.872	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	66.728.872	100,00%
1.3.1 Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações	02.178.371/0001-93	66.728.872	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	66.728.872	100,00%
Não Controladores		6	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,00%
1.3.2 Demais acionistas		6	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	6	0,00%
Total		66.728.878	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	66.728.878	100,00%
QUADRO 20 - Empresa: 1.3.1 Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações									
Controladores		796.479.768	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	796.479.768	100,00%
1.3.1.1 Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114	07.792.436/0001-00	353.528.507	44,39%	44,39%	-	0,00%	0,00%	353.528.507	44,39%
1.3.1.2 Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	34.053.942/0001-50	181.405.069	22,78%	22,78%	-	0,00%	0,00%	181.405.069	22,78%
1.3.1.3 Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev	65.471.914/0001-86	4.823.881	0,61%	0,61%	-	0,00%	0,00%	4.823.881	0,61%
1.3.1.4 Fundação Sistel de Seguridade Social	00.493.916/0001-20	256.722.311	32,23%	32,23%	-	0,00%	0,00%	256.722.311	32,23%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total		796.479.768	100%	100%	-	0,00%	0,00%	796.479.768	100%
QUADRO 21 - Empresa: 1.3.1.1 Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114									
Controladores		353.528.507	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	353.528.507	100,00%
1.3.1.1.1 Fundação CESP	62.465.117/0001-06	353.528.507	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	353.528.507	100,00%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total		353.528.507	100%	100%	-	0,00%	0,00%	353.528.507	100%
QUADRO 22 - Empresa: 1.5 BNDES Participações S.A.									
Controladores		1	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1	100,00%
1.4.1 Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social (1)	33.657.248/0001-89	1	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1	100,00%
Não Controladores		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total		1	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	1	100,00%

(1) Órgão do governo: único acionista União Federal

As quantidades de ações estão expressas em unidades.

Compromisso de arbitragem

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo nº 44 do Estatuto Social da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Balço Social 9 Meses / 2011 / 2010 (*)



Empresa: CPFL Energia S/A

1 - Base de Cálculo	30 de setembro de 2011 Valor (Mil reais)			30 de setembro de 2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.359.884			8.845.159		
Resultado operacional (RO)	1.755.159			1.868.551		
Folha de pagamento bruta (FPB)	443.937			392.854		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	34.947	7,87%	0,37%	30.935	7,87%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	105.160	23,69%	1,12%	106.701	27,16%	1,21%
Previdência privada	22.128	4,98%	0,24%	19.274	4,91%	0,22%
Saúde	19.033	4,29%	0,20%	23.164	5,90%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho	1.597	0,36%	0,02%	1.612	0,41%	0,02%
Educação	1.419	0,32%	0,02%	1.754	0,45%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.663	1,50%	0,07%	7.285	1,85%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	655	0,15%	0,01%	1.113	0,28%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	31.184	7,02%	0,33%	31.062	7,91%	0,35%
Outros	3.134	0,71%	0,03%	3.929	1,00%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	225.920	50,89%	2,41%	226.829	57,74%	2,56%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	165	0,01%	0,00%	533	0,03%	0,01%
Cultura	8.397	0,48%	0,09%	7.262	0,39%	0,08%
Saúde e saneamento	30	0,00%	0,00%	1.864	0,10%	0,02%
Esporte	165	0,01%	0,00%	40	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.704	0,10%	0,02%	1.559	0,08%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	10.461	0,60%	0,11%	11.278	0,60%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.534.269	258,34%	48,44%	4.157.982	222,52%	47,01%
Total - Indicadores sociais externos	4.544.730	258,94%	48,56%	4.169.260	223,13%	47,14%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	30.369	1,73%	0,32%	73.304	3,92%	0,83%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	37.506	2,14%	0,40%	58.271	3,12%	0,66%
Total dos investimentos em meio ambiente	67.875	3,87%	0,73%	131.575	7,04%	1,49%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	30 de setembro de 2011			30 de setembro de 2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	8.286			7.664		
Nº de admissões durante o período	1.356			1.030		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	277			252		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.041			2.106		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.981			1.666		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,84%			8,70%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.010			853		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,73%			1,79%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	283			294		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	30 de setembro de 2011			30 de setembro de 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	80,03			79,33		
Número total de acidentes de trabalho	25			13		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	212.235	1.306	3.220	530.416	1.668	1.291
	100%	100%	21,47%	100%	100%	25,76%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	30/Set/2011 7.217.633			30/Set/2010 6.479.878		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	63,3% governo 6,1% colaboradores(as) 10,4% acionistas 14,2% terceiros 5,4% retido			66,1% governo 5,6% colaboradores(as) acionistas 9,8% terceiros 6,5% retido		
7 - Outras Informações	Informações Consolidadas					
Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números inteiros.						
Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br						
(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes						

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 7 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0